



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 017 – SÁBADO, 8 DE MARÇO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB –PI</i></p>	<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes– PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</i> <i>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</i> <i>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> <i>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</i></p>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	PROCURADORIA PARLAMENTAR	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder <i>Tião Viana</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Antonio Cartos Valadares</i> <i>Magno Malta</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Roberto Saturnino</i> <i>Ana Júlia Carepa</i> <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p>Vice-Líder <i>João Capiberibe</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes</p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 12</p> <p>Líder <i>Arthur Virgílio</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> <i>Lúcia Vânia</i> <i>Leonel Pavan</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder <i>Jefferson Péres</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Almeida Lima</i> <i>Álvaro Dias (1)</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder <i>Mozarildo Cavalcanti</i></p> <p>Vice-Líder <i>Patricia Saboya Gomes</i></p>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Sérgio Castro</i> Diretor da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 26. 02. 2003

PRESIDÊNCIA

A Presidência comunica às senhoras e aos senhores Congressistas que está convocada sessão solene conjunta a realizar-se no próximo dia 12 de março, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher.

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – ATA DA 12ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE MARÇO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente e aids, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02931

1.2.2 – Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 9/2003, de 25 de fevereiro último, submetendo à apreciação do Senado Federal a Medida Provisória nº 78, de 2002, que autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa. 02932

Nº 11/2003, de 25 de fevereiro último, submetendo à apreciação do Senado Federal a Medida Provisória nº 81, de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de dezessete bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil e trezentos e oitenta e cinco reais, para os fins que especifica. 02933

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Inclusão da Medida Provisória nº 78, de 2002, na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 11, com a concordância das Lideranças, tendo em vista que a matéria passa a sobrestar imediatamente todas

as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação. 02933

Inclusão da Medida Provisória nº 81, de 2002, na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 11, com a concordância das Lideranças. 02940

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR OLIVIR GABARDO – Considerações sobre os problemas da administração pública e o endividamento interno e externo, ressaltando a importância do combate à corrupção. Precariedade financeira dos municípios brasileiros em decorrência da transferência de obrigações estaduais sem a contrapartida de recursos orçamentários. 02947

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Defesa do cumprimento, pelo Governo Federal, do Orçamento da União conforme aprovado no Congresso Nacional. Sugestão de redivisão territorial como alternativa para conter a violência e promover o desenvolvimento econômico do País. 02956

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Informações à decisão anunciada pelo presidente do Conselho de Ética do Senado Federal de convocar reunião para a próxima quarta-feira, quando será apresentado o resultado da apuração feita pela Polícia Federal da denúncia de uso abusivo de escutas telefônicas no Estado da Bahia. Defesa da averiguação do envolvimento do Senador Antonio Carlos Magalhães no referido episódio. Registro do encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da Colômbia, hoje, em Brasília. Correlação entre o conflito civil existente na Colômbia e a violência urbana no Brasil. Esforços de chefes de Estado em todo

o mundo para evitar o ataque norte-americano ao Iraque. 02962

SENADOR VALDIR RAUPP – Homenagens de pesar pelo falecimento, em Rondônia, do Sr. Mizael Silva. Apelo ao atual governador de Rondônia pela reintegração de servidores públicos demitidos no governo passado. 02964

SENADOR PEDRO SIMON – Apoio à unificação de lideranças para superar os grandes problemas nacionais. Posicionamento favorável à busca de uma solução pacífica para o conflito entre os Estados Unidos da América e o Iraque. 02965

SENADOR AMIR LANDO – Importância do Programa Fome Zero como ação social do governo, seguida de uma política de geração de emprego e renda. 02969

1.2.5 – Comunicação

S/Nº, de 7 do corrente, do Senador Álvaro Dias, informando que no dia 9 de março reassumirá a cadeira de titular como representante do Estado do Paraná no Senado Federal. À publicação. 02972

1.2.6 – Ofício

Nº 52/2003, de 26 de fevereiro último, da Liderança do PSB no Senado Federal, de indicação de membro para o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Juntado ao processado da Resolução nº 2, de 2001). Designação do Senador Geraldo Mesquita Júnior para integrar o referido Conselho, para a segunda premiação. 02972

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 5, apresentadas à Medida Provisória nº 108, de 2003. 02973

3 – ATAS DE COMISSÃO (Publicadas em suplemento a este Diário)

15ª a 20ª e 1ª a 14ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas, realizadas em 17, 24 e 31 de outubro, 12, 13 e 14 de novembro de 2001 e 27 de fevereiro, 13 e 14 de março, 9 e 10 de maio, 6 e 7 de junho, 9 e 10 de setembro, 20, 21 e 22 de novembro e 11 de dezembro de 2002. 02978

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER – CIDADÃ BERTHA LUTZ

Ata da 12ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de março de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos,
da Sra. Serys Shlessarenko e do Sr. Olivir Gabardo*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Shlessarenko.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2003

Define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids.

Art. 2º Constitui crime:

I – solicitar exame para detecção do vírus HIV para inscrição em concurso público ou para admissão em empresa ou entidade privada;

II – segregar o portador do vírus HIV ou o doente de aids no ambiente de trabalho;

III – divulgar situação ou condição que degrade o portador do vírus HIV ou o doente de aids, bem como membro de sua família ou grupo social ou étnico a que pertença;

IV – impedir a permanência do portador do vírus HIV no local de trabalho;

V – recusar ou retardar atendimento médico ou realização de exame ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids;

VI – obrigar o portador do vírus HIV a informar a sua condição patológica a servidor público hierarquicamente superior;

VII – impedir o ingresso no serviço público, ou a permanência nele, do portador do vírus HIV ou do doente de aids, ou suspeitos de apresentarem qualquer dessas condições patológicas;

VIII – não admitir ou demitir empregado portador do vírus HIV ou doente de aids, ou suspeito de apresentar qualquer dessas condições patológicas;

IX – impedir o ingresso, a matrícula ou a inscrição do portador de vírus HIV ou do doente de aids, em creche, escola, centro esportivo ou cultural, programa, curso, bem como a utilização, por essas pessoas, de equipamento de uso coletivo.

Pena – reclusão, de três a cinco anos.

Art. 3º O prontuário e o exame de paciente, arquivados nos estabelecimentos de saúde pública, são de uso exclusivo do serviço de saúde, cabendo ao servidor ou empregado, responsável pelo setor, garantir sua guarda e sigilo.

Parágrafo único. O médico ou qualquer integrante da equipe da saúde, que violar o sigilo profissional, tornando público, mesmo que por intermédio de códigos, o eventual diagnóstico pelo qual se suspeite ou se confirme ser o paciente portador do vírus HIV ou doente de aids, ficará sujeito às penalidades previstas no Código de Ética e Resoluções dos respectivos Conselhos profissionais, além das constantes desta Lei.

Art. 4º A solicitação de exame relacionado à detecção do vírus HIV deverá ser precedida de esclarecimentos sobre a finalidade médica de proteção à saúde coletiva e à do paciente.

§ 1º A realização do exame dependerá do consentimento expresso do paciente ou de pessoa por ele responsável.

§ 2º No caso de paciente que, em razão de sua condição de pessoa abandonada ou da gravidade do seu estado de saúde, não possa manifestar o consentimento, este será suprido por um dos integrantes da direção do estabelecimento de saúde.

Art. 5º O médico ou membro da equipe de saúde, com base em critérios clínicos e epidemiológicos, deverá promover ação destinada ao servidor público e ao empregado cujo diagnóstico indique serem portadores do vírus HIV ou doentes de aids, a fim de adequar sua função à condição especial de sua saúde.

Parágrafo único. Se a adequação não for possível ou recomendável, proceder-se-á à mudança da atividade, da função ou do setor de trabalho.

Art. 6º A infração a esta Lei, cometida por servidor público, será considerada falta grave e o sujeitará a processo administrativo, com direito à ampla defesa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 7º A empresa ou entidade privada que, por seu proprietário, dirigente, preposto ou empregado, infringir esta Lei, sofrerá as seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa.

Parágrafo único. A pena de multa será de R\$400,00 (quatrocentos reais) e, no caso de reincidência, R\$800,00 (oitocentos reais).

Art. 8º Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que esta acarretar ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil já foram notificados, desde do início da epidemia, 237.588 casos de Aids: 172.228 casos em homens e 65.360 em mulheres.

Desde 1999, a epidemia apresenta redução de 15% nas novas ocorrências, graças aos trabalhos de prevenção em todos os segmentos da população. Estima-se que atualmente, no País, haja 600 mil pessoas portadoras do vírus HIV. Destas, 200 mil já fizeram o teste e as demais não sabem sequer que são portadoras do vírus.

Em geral o portador do HIV é orientado e ajudado por ONG e parte da rede pública de saúde a conviver com o vírus e não transmiti-lo a outra pessoa. E esclarecido também sobre como prolongar sua vida e manter-se profissionalmente ativo, mediante adesão ao tratamento disponível, patrocinado pelo Governo.

Os grandes objetivos do Ministério da Saúde e das ONG são desenvolver um sistema eficaz de prevenção à aids, ampliar a capacidade de testagem, informar ao portador do vírus os seus direitos e propiciar-lhe acesso ao tratamento com anti-retrovirais e, fi-

nalmente, não deixá-lo abater-se com preconceitos, discriminações ou segregações.

O presente projeto de lei visa proporcionar os meios legais, para se combater eficazmente os referidos preconceitos, discriminações ou segregações sociais ao portador do HIV, o que, infelizmente, ainda, se dissemina em nossa sociedade, motivada quiçá tão-somente pela ignorância ou por falta de conhecimento de que tal pessoa não transmite o vírus no afeto fraterno, no abraço, no aperto de mão, na convivência diária da utilização de copo, talher e vaso sanitário etc. Ela não está sequer impedida de exercer qualquer atividade social, física ou profissional. Nada justifica a segregação, comunitária ou profissional, que atinge a pessoa humana no seu íntimo, piorando sua condição de vida e tornando mais dura sua luta diária para criar a família, muitas vezes formada de filhos e netos ainda menores de idade.

É inegável, por conseguinte, que o projeto apresenta relevante caráter social e privilegia a dignidade de ser humano que mais necessita da solidariedade e da compreensão de seus semelhantes.

Diante do exposto, contamos com o prestimoso apoio dos ilustres colegas parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, que visa incentivar a fraternidade, a solidariedade e o respeito humano e social do povo brasileiro, tão bem representado nesta Casa do Congresso Nacional, a cidadãos aos quais jamais podemos negar a manifestação de tão nobres sentimentos.

Sala das Sessões, 7 de março de 2003. – **Serys Slhessarenko.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que serão lidos pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes

PS–GSE nº 09/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 78, de 2002, do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.”, conforme o disposto no art.

62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS–GSE nº 11/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 81, de 2002, do Poder Executivo, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$17.084.740.385,00, para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com referência à **Medida Provisória nº 78, de 2002**, a Presidência esclarece à Casa que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado desde 26 de fevereiro último. Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a Medida Provisória passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência, havendo concordância das Lideranças da Casa, incluirá a matéria na pauta da Ordem do Dia do próximo dia 11 antes, porém, colocando à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores cópia da referida proposição.

É a seguinte a medida provisória recebida da Câmara dos Deputados:

SENADO FEDERAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 78, DE 2002

Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

	Pág.
- Medida Provisória original nº 78/2002.....	
- Mensagem do Presidente da República nº 979/2002	
- Exposição de Motivo nº 042/2002, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	
- Aviso nº 1.234/2002, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.....	
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....	
- Calendário de tramitação da Medida Provisória	
- Nota Técnica nº 21/2002, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.....	
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Ronaldo Caiado (PFL/Goiás).	
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 78, DE 2002**Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate da febre aftosa, nos casos de comprovada iminência de risco sanitário para a pecuária brasileira.

Parágrafo único. A iminência do risco sanitário se caracterizará nos casos de possibilidade de introdução do vírus da febre aftosa em território nacional, proveniente da República do Paraguai.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante a autoridade do órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL
Nº 78, DE 2002****Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate da febre aftosa, nos casos de comprovada iminência de risco sanitário para a pecuária brasileira.

Parágrafo único. A iminência do risco sanitário se caracterizará nos casos de possibilidade de introdução do vírus da febre aftosa em território nacional, proveniente da República do Paraguai.

Art. 2º A doação de que trata esta Medida Provisória será feita mediante termo lavrado perante a autoridade do órgão competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de novembro de 2002: 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 979, DE 2002

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 78, de 8 de novembro de 2002, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa”.

Brasília, 8 de novembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 42/MAPA-GM

Brasília-DF, 8 de novembro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Medida Provisória, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate da febre aftosa, nos casos de comprovada iminência de risco sanitário, no âmbito do Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaia, no Combate a Febre Aftosa, aprovado pelo Decreto-Lei nº 634, de 18 de junho de 1969.

A situação atualmente apresentada no Paraguai, na região fronteira do Brasil, é extremamente preocupante e evidencia a existência de comprovado risco de introdução do vírus da febre aftosa no território nacional, em face dos seguintes aspectos:

1. Confirmação laboratorial da presença do vírus da febre aftosa no território paraguaio com focos na Província de Canindeyú;
2. Inexistência de barreiras naturais que possibilitem uma eficaz vigilância e fiscalização sanitária;
3. Indisponibilidade de vacinas contra febre aftosa no Paraguai; e
4. Inexistência de controle de trânsito de animais no Paraguai, propiciando facilitação da disseminação do vírus da febre aftosa.

A situação de risco comprovada, se não eliminada com rapidez, poderá comprometer definitivamente o trabalho desenvolvido no Brasil para a erradicação da febre aftosa, com inestimáveis prejuízos de ordem sanitária e econômica caracterizados pela imediata perda de mercados externos conquistados a partir do reconhecimento do **status** sanitário de livre de febre aftosa com vacinação pelos organismos internacionais.

Considerando a necessidade premente da adoção de medidas sanitárias que eliminem o risco mencionado e em face de solicitação apresentada pelo órgão de defesa e vigilância sanitária da República do Paraguai, por intermédio do Centro Panamericano da

Febre Aftosa, organismo da Organização Pan-americana de Saúde – OPAS, de cooperação do Governo brasileiro para a solução do problema, com a doação de vacinas em número suficiente para o procedimento continuado da imunização do rebanho bovino paraguaio, combatendo e erradicando aquela doença, impõe-se a necessidade de autorização legal para o atendimento que a situação requer, razão pela qual submetemos ao descortino de Vossa Excelência o presente Projeto de Medida Provisória.

Atenciosamente, – **Marcus Vinicius Pratini de Moraes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Aviso nº 1.234-SAP/C. Civil

Brasília, 8 de novembro de 2002

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República

submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 78 de 8 de novembro de 2002.

Atenciosamente, – **Silvano Gianni**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interino.

PS-GSE nº 09/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 78, de 2002, do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro Secretário.

MPV Nº 78

Publicação no DO	11-11-2002
Designação da Comissão	12-11-2002
Instalação da Comissão	13-11-2002
Emendas	até 17-11-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	11-11 a 24-11-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	24-11-2002
Prazo na CD	de 25-11 a 8-12-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	8-12-2002
Prazo no SF	9-12 a 22-2-2003 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	22-2-2003
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	23-2 a 25-2-2003 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	26-2-2003 (46º dia)
Prazo final no Congresso	12-3-2003 (60 dias)

NOTA TÉCNICA Nº 21/2002

Subsídios à apreciação da Medida Provisória nº 78, de 2002, quanto à adequação orçamentária e financeira

I – Introdução

Esta Nota Técnica destina-se, nos termos do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a fornecer subsídios para a análise, no que concerne à adequação financeira e orçamentária, da Medida Provisória nº 78, de 2002, encaminhada por meio da Mensagem nº 271, de 2002-CN (nº 979/2002, na origem), que “autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa”.

II – Síntese e Aspectos Relevantes

A Medida Provisória nº 78, de 2002, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a doar, à República do Paraguai, vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate da febre aftosa, nos casos de comprovada iminência de risco de introdução do vírus da febre aftosa no território nacional.

Segundo a E.M. nº 42/MAPA-GM, de 8 de novembro de 2002, já existe situação de risco comprovada que, se não for eliminada com rapidez, poderá comprometer definitivamente o trabalho desenvolvido no Brasil visando a erradicação da febre aftosa.

Nessas condições e em face de solicitação apresentada pelo órgão de defesa e vigilância sanitária daquele País, por intermédio do Centro Pan-americano da Febre Aftosa, organismo da Organização Pan-americana de Saúde – OPAS, requer-se a devida autorização legal para efetivar a doação de vacinas e equipamentos suficientes para a imunização do rebanho bovino paraguaio.

III – Análise

O exame da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 78, de 2002, deve ser realizado consoante o disposto no art. 5º § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, *in litteris*:

“O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do

plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Assim, após uma análise compreensiva de seus termos, verificamos, no que tange aos efeitos orçamentários e financeiros, que nenhum de seus dispositivos colide com as orientações acima citadas uma vez que o ato de doação em si não envolve aspectos orçamentários ou financeiros, mas apenas lançamentos na área patrimonial, não implicando, conseqüentemente, em aumento das despesas já previstas na programação orçamentária para este exercício e seguintes, nem em renúncia das receitas previstas.

Esse raciocínio, evidentemente, está ancorado na hipótese de que as dotações consignadas no orçamento do Ministério da Agricultura são suficientes para atender a essa situação extraordinária sem comprometer a programação fixada pois, caso contrário, o expediente do crédito adicional, previsto no art. 166 da Constituição, teria sido, neste caso, concomitantemente utilizado.

Diante do exposto, consideramos que a Medida Provisória nº 78, de 2002, não apresenta implicações orçamentárias e financeiras nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Brasília, 12 de novembro de 2002. – **Vander Gontijo**, Consultor de Orçamentos, COFF/DL/CD.

De acordo, – **Eugênio Greggianin**, Diretor COFF/DL/CD.

**PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 78, DE 2002**

(Oferecido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Deputados e Senadores)

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. o parecer da Comissão Mista é pela aprovação da Medida Provisória nº 78, que autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.

A doação estende-se a todas as propriedades situadas na faixa de 20 quilômetros da nossa fronteira.

Mato Grosso do Sul, que possui o maior rebanho do País, com mais de 22 milhões de bovinos, há pouco mais de três anos teve a economia comprometida porque a aftosa de um rebanho do Paraguai adentrou o Estado. Em consequência, ficou impedido durante dois anos e meio de ter a carne bovina comercializada internacionalmente.

Sr. Presidente, conseguimos hoje, graças a árduo trabalho, fazer com que Mato Grosso do Sul, todo o Centro-Oeste, o Sul, o Sudeste e parte do Nordeste fossem reconhecidos como áreas livres da febre aftosa. Em face disso, há no Brasil o maior rebanho mundial em condições de ser comercializado.

O PFL e os demais partidos haviam decidido não votar mais nenhum projeto no dia de hoje, mas,

considerando a relevância e urgência da matéria, concordaram que essa MP deveria não só ser apreciada, mas também aprovada.

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade, constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) – Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 78	ANO 2002	AUTOR
Ementa: Autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa.				PODER EXECUTIVO (MSC 979/02)
				Sancionado ou promulgado
ANDAMENTO				Publicado no Diário Oficial de
26.11.02	MESA Despacho: Submeta-se ao Plenário. Prazos: para apresentação de emendas de 12 a 17.11.02; para tramitação na Comissão Mista de 11 a 24.11.02; na Câmara dos Deputados de 25.11 a 08.12.02 e no Senado Federal de 09.12.02 a 18.02.03; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 19 a 21.02.03; para sobrestar a pauta: a partir de 22.02.03; para tramitação no Congresso Nacional de 11.11.02 a 08.03.03; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 09.03 a 07.05.03.	27/11/02 10h 01		Vetado
27.11.02	PLENÁRIO Discussão em turno único. Transferida para a sessão ordinária das 14 horas, em face do acordo entre os Senhores Líderes.	ACD 11/11/02 10h 01		Razão do veto-publicadas no
21.11.02	PLENÁRIO (14:00 horas) Discussão em turno único. Transferida para a Sessão Ordinária do dia 03.12.02, em face do acordo extraordinário entre os Senhores Líderes.	ACD 11/11/02 10h 01		
03.12.02	PLENÁRIO Discussão em turno único. Transferida para a Sessão Ordinária do dia 04.12.02, em face do acordo entre os Senhores Líderes.	ACD 11/11/02 10h 01		

SENADO FEDERAL
Fretado: Legislativa
M.P.V. Nº 78/2002
Fls. 31

CONTINUA...

MEDIDA PROVISÓRIA N 78

ANO 2002

(Verso da folha 01)

ANDAMENTO

1		
2	PLENÁRIO	
3	Discussão em turno único.	
4	Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 66/02, item 01 da pauta, com prazo encerrado.	
5		
6		
7	PLENÁRIO	<u>DCD 05/12/02, pag. 52708 col. 01</u>
8	Discussão em turno único.	
9	Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 66/02, item 01 da pauta, com prazo encerrado.	
10		
11		
12	PLENÁRIO	<u>DCD 06/12/02, pag. 52929 col. 02</u>
13	Discussão em turno único.	
14	Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 66/02, item 01 da pauta, com prazo encerrado.	
15		
16		
17	PLENÁRIO	<u>DCD 11/12/02, pag. 53659 col. 02</u>
18	Discussão em turno único.	
19	Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.	
20		
21		
22		<u>DCD 12/12/02, pag. 54245 col. 01</u>
23	PLENÁRIO	
24	Discussão em turno único.	
25	Designação do Relator, Dep Ronaldo Caiado, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	
26	Discussão desta MPV pelos Deps Renato Casagrande e Neucimar Fraga.	
27	Encerrada a discussão.	
28		
29		
30	Votação preliminar em turno único.	
31	Aprovado, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN, o parecer do relator da CMCN, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e de sua adequação financeira e orçamentária.	
32		
33		
34		
35		

SENADO FEDERAL
Protocolo Legislativo

M.P.V. N.º 78, de 2002

Fls. 32

CONTINUA...

MEDIDA PROVISÓRIA 78 ANO 2002 olha 02)

ANDAMENTO

1	19.02.03	PLENÁRIO
2		(Continuação da página anterior).
3		Votação, quanto ao mérito, em turno único.
4		Aprovada esta MPV.
5		Votação da redação final.
6		Aprovada a redação final oferecida pelo(a) Relator(a), Dep
7		A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.
8		(MPV 78-A/02)
9		
10		MESA
11		Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		

SENADO FEDERAL
 Projeto Legislativo
 M.P.V. Nº 78 / 2002
 Fls. 33

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com referência à **Medida Provisória nº 81, de 2002**, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional esgotar-se-á no próximo dia 18 de março, e que o prazo de 60 dias de vigência no dia 2 de abril vindouro.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência, havendo concordância das Lideranças da Casa,

incluirá a matéria na pauta da Ordem do Dia do próximo dia 11 antes, porém, colocando à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores cópia da referida proposição.

É a seguinte a medida provisória recebida da Câmara dos Deputados

SENADO FEDERAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 81, DE 2002

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de dezessete bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil e trezentos e oitenta e cinco reais, para os fins que especifica.

ESTE AVULSO CONTÉM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

Pág.

- Medida Provisória original nº 81/2002.....
- Mensagem do Presidente da República nº 1.036/2002.....
- Exposição de Motivo nº 469/2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.....
- Aviso nº 1.324/2002, do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República
- Ofício da Câmara dos Deputados encaminhando a matéria.....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica nº 26/2002, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado João Almeida (PSDB-BR).....
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL
Nº 81, DE 2002**

EM nº 469/MP

Brasília, 29 de novembro de 2002

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$17.084.740.385,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, no valor global de R\$17.084.740.385,00 (dezessete bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais), em favor de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 1.036

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 81, de 29 de novembro de 2002, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$17.084.740.385,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 29 de novembro de 2002. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministro da Fazenda, por meio do Aviso nº 803, de 29 de novembro de 2002, solicita a abertura de crédito extraordinário, no valor global de R\$17.084.740.385,00 (dezessete bilhões, oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais), em favor de Encargos Financeiros da União e R\$8.439.800.000,00 (oito bilhões, quatrocentos e trinta e nove milhões e oitocentos mil reais) em favor de Encargos Financeiros da União e R\$8.644.940.385,00 (oito bilhões, seiscentos e quarenta mil e quatro milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais) em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

2. Este crédito extraordinário visa resguardar a União, na qualidade de devedora de compromissos financeiros assumidos junto à sociedade, de ações indesejáveis, as quais poderiam gerar consequências danosas ao País, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, tais como, ocasionar dificuldades na captação de novos recursos, provocando reduções nos fluxos de recursos internos e externos destinados às linhas de financiamento de projetos de interesse da União e das unidades da Federação, deteriorar o risco Brasil, além de induzir falsas expectativas em relação à real capacidade do País em honrar seus compromissos. Portanto, a imprevisibilidade e urgência reforçam a necessidade de abertura do crédito extraordinário.

3. A presente solicitação decorre do fato da autorização de despesas para a amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, constante do Orçamento Fiscal da União, não ter sido suficiente para honrar os compromissos financeiros, em virtude das adversidades no cenário econômico vivenciadas pelo País. A variação do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), além da previsão orçamentária, e a redução do prazo de emissão dos títulos públicos federais, a partir do segundo semestre deste ano, contribuíram de forma decisiva para o esgotamento das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento da dívida pública mobiliária federal.

4. Os recursos necessários ao atendimento deste crédito serão provenientes de excesso de arrecadação conforme abaixo demonstrado, em atendimento ao disposto no art. 40, § 5º, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (LDO 2002).

				em R\$ 1,00
Fonte	Natureza	Lei nº 10.407, de 2002	Reestimativa	Excesso
143	21110100	209.457.766.061,00	218.102.706.446,00	8.644.940.385,00
159	16000201	1.390.360.345,00	1.569.057.009,00	178.696.664,00
159	23001000	2.053.758,00	7.664.029,00	5.610.271,00
159	23003000	813.493.416,00	1.397.921.424,00	584.428.008,00
159	23009900	2.508.212.220,00	2.884.044.806,00	375.832.586,00
173	16000201	8.555.527.970,00	8.301.084.306,00	(254.443.664,00)
173	23003000	1.515.712.990,00	2.446.468.334,00	930.755.344,00
188	25400000	11.114.955.084,00	32.741.743.693,00	21.626.788.609,00

5. O presente crédito viabilizar-se-á mediante medida provisória, nos termos dos arts. 62 e 167, § 3º da Constituição, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, e 17 de março de 1964.

6. Esclareço, a propósito do que determina o art. 4º da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício, tendo em vista que as despesas

envolvidas não são consideradas no cálculo do referido resultado por serem de natureza financeira.

7. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, sub:à consideração de Vossa Excelência a referida proposta de Medida Provisória

Respeitosamente, – **Guilherme Gomes Dias,**
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e
Gestão.

ORGÃO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO									
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA									
ANEXO					CREDITO EXTRAORDINARIO				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)					RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									8.439.800.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
23 843	0905 0455	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA							8.439.800.000
28 843	0905 0455 0001	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL							8.439.800.000
			F	6	F	90	0	159	486.800.000
			F	6	F	90	0	173	553.000.000
			F	6	F	90	0	188	7.400.000.000
TOTAL - FISCAL									8.439.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.439.800.000

Aviso nº 1.324 –SAP/C. Civil.

PS–GSE nº 11/03

Brasília, 25 de Fevereiro de 2003

Brasília, 29 de novembro de 2002

A Sua Excelência o Senhor
Senador Carlos Wilson
Primeiro Secretário do Senado Federal
Brasília/DF

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 81, de 29 novembro de 2002.

Atenciosamente, **Pedro Parente**, Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 81, de 2002, do Poder Executivo, que “abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$ 17.084.740.385,00, para os fins que especifica.” conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, Deputado **Geddel Vieira Lima**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 81

Publicação no DO	2-12-2002
Emendas	até 8-12-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão	2-12 a 15-12-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	15-12-2002
Prazo na CD	de 16-12 a 1º-3-2003 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	1º-3-2003
Prazo no SF	2-3 a 15-3-2003 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	15-3-2003
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	16-3 a 18-3-2003 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	19-3-2003 (46º dia)
Prazo final no Congresso	2-4-2003 (60 dias)

Nota Técnica COFF nº 26/2002

Brasília, 16 de dezembro de 2002

Assunto: Adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 81, de 2002, que “abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$17.084.740.385,00.”

Por meio do Aviso nº 1.324 de 2002, assinado pelo Chefe da Casa Civil, o Congresso Nacional toma conhecimento da Mensagem nº 1.036-2002 do Excelentíssimo Senhor Presidente da República referente à edição da Medida Provisória – MP nº 81, de 29 de novembro de 2002. Com fulcro no art. 62 da Constituição Federal, submete-se à apreciação do Congresso Nacional a referida MP que “abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$17.084.740.385,00.”

De acordo com a Exposição de Motivos nº 469/MP, de 29 de novembro de 2002, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Fazenda, por meio do aviso nº 803, de 29 de novembro de 2002, solicitou abertura de crédito extraordinário, no valor já citado, sendo R\$8.439.800.000,00 em favor de Encargos Financeiros da União e R\$8.644.940.385,00 para Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Como fator motivador do crédito em referência, indica-se resguardar a União de ações que redundariam consequências danosas ao Erário, trazendo dificuldades de rolagem da dívida pública em âmbito interno e externo. Indica-se ainda na EM que a autorização de despesas para amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna não foi suficiente para honrar os compromissos financeiros em virtude de adversidades no cenário econômico. Aponta-se como responsáveis pela imprevisão a variação do Índice Geral de Preços – IGP-M e a redução do prazo de emissão (queremos entender também de resgate) dos títulos públicos federais, que contribuíram para o esgotamento das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Na EM ressalta-se que os recursos necessários à abertura do crédito serão oriundos de excesso de arrecadação demonstrado por fonte e natureza de recursos conforme reza o art. 40, § 5º, da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001. Apercebe-se do referido de-

monstrativo que as fontes elencadas são todas financeiras, configurando-se, em seu maior montante, rolagem de dívida. Observa-se que a fonte 143 é proveniente de “Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal”, a fonte 159, de “Recursos das Operações Oficiais de Crédito – retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos”, a fonte 173, de “Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – Estados e Municípios” e, por fim, a fonte 188 provinda de “Remuneração das Disponibilidades do Tesouro”.

A necessidade de autorização extraordinária conferida pela MP em comento encontra respaldo no que se verificou pela imprensa especializada; Houve no segundo semestre deste ano encurtamento do prazo médio da Dívida Pública Mobiliária Federal por imposição do mercado financeiro que forçou rolagem da dívida mediante emissão de títulos públicos com prazo de vencimento ainda no ano vigente, pois o momento indicava um risco país que precederia um cenário de **default**.

O excesso de arrecadação correspondente às fontes de financiamento apontadas é proveniente da mesma dinâmica de mercado apontada. Para a rolagem da dívida, houve necessidade de maiores emissões de títulos e ao mesmo tempo, dada a variação cambial, do IGP-M etc, a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional tiveram de ser reestimadas. Além disso, em especial quanto ao excesso de arrecadação das fontes 143, 159 e 173, verifica-se que não poderia ser utilizado para fim outro que não fosse a rolagem da dívida.

Quanto aos aspectos legais, verificamos que a proposição não fere quaisquer dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere ao Plano Plurianual e à Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (LDO/2002). Ressaltamos, por fim, que seu detalhamento se acha realizado segundo os princípios de boa técnica orçamentária.

Esses são os subsídios.

Francisco Lúcio Pereira Filho, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 81, DE 2002, OFERECIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

O SR. JOÃO ALMEIDA (PSDB – BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a

Medida Provisória nº 81, de 2002, abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, no valor global de R\$17.084.740.385,00, para os fins que especifica.

A medida, Sr. Presidente, preenche todos os requisitos legais e constitucionais e justifica-se plenamente do ponto de vista da urgência e relevância.

Assim sendo, somos favoráveis também à sua adequação financeira e orçamentária.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (João Paulo Cunha) – Deputado João Almeida, e quanto à constitucionalidade da medida?

O SR. JOÃO ALMEIDA – Pronunciei-me também, Sr. Presidente, pela constitucionalidade, juridicidade, adequação financeira etc.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINOPSE LEGISLATIVA			MEDIDA PROVISÓRIA Nº 81	ANO 2002	AUTOR
Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor de encargos financeiros da União e Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal, no valor global de R\$ 17.084.740.385,00, para os fins que especifica.					PODER EXECUTIVO (MSC 1.036/02)
					Sancionado ou promulgado
					Publicado no Diário Oficial de
					Vetado
					Razões do veto publicadas no
ANDAMENTO					
1	13.12.02	MESA	<p>Despacho: Submeta-se ao Plenário.</p> <p>Prazos: para apresentação de emendas de 03 a 08.12.02; para tramitação na Comissão Mista de 02 a 15.12.02, na Câmara dos Deputados de 16.12.02 a 25.02.03 e no Senado Federal de 26.02 a 11.03.03; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 12.03 a 14.03.03; para sobrestar a pauta: a partir de 15.03.03; para tramitação no Congresso Nacional de 02.12.02 a 29.03.03; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 30.03 a 28.05.03.</p> <p>DCD 1312/02, pág. 54934, col. 21</p>		
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11	19.02.03	PLENÁRIO			
12		Discussão em turno único.			
13		Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.			
14					
15					
16	20.02.03	PLENÁRIO			
17		Matéria sobre a mesa.			
18		Aprovado o requerimento do Dep Henrique Fontana, na qualidade de Líder do PT, que solicita a inversão da pauta para que esta MPV 81/02 seja apreciada antes da MPV 79/02 e da MPV 80/02.			
19		Discussão em turno único.			
20		Designação do Relator, Dep João Almeida, para proferir parecer a esta Medida Provisória (MPV), que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação.			
21		Encerrada a discussão.			
22					
23					
24					
25					

COPIA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Olivir Gabbardo. V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. OLIVIR GABBARDO (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado, neste dia, para comentar alguns fatos relativos aos descaminhos da administração pública neste País.

A minha vivência, não apenas no Parlamento por quase 20 anos, mas também por ter estado no Tribunal de Contas como conselheiro durante mais de sete anos, e ainda como Ouvidor-Geral do Estado do Paraná, com a incumbência da fiscalização interna do Poder Executivo estadual, pude acompanhar o descalabro na condução da administração pública em todos os níveis, especialmente em relação às prefeituras municipais.

Hoje é sabido, por todo mundo, que a grande dificuldade que o País atravessa é o seu endividamento, tanto interno quanto externo. Além disso, os Estados estão à mercê das suas dívidas, não conseguindo cumprir os seus compromissos. Pior ainda é a situação dos Municípios brasileiros, todos endividados e sem condições de prestar os serviços que cabem à administração pública em relação às suas populações.

Grande parte dos males que este País sofre advém da corrupção, fato que já analisei desta tribuna e que enfoco mais especificamente em relação às administrações municipais – e não se diga que os descaminhos que encontramos na condução da administração municipal também não ocorrem em relação aos Estados e à própria União.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho dúvida ao afirmar que boa parte dos problemas brasileiros seria resolvida sem o sacrifício de funcionários e trabalhadores, que fatalmente serão atingidos pelas reformas que se impõem ao País, se fosse possível estancar a corrupção entre nós.

Tomemos como exemplo a Reforma da Previdência. Quando tomamos conhecimento de que somente numa Unidade da Federação, o Rio de Janeiro, as fraudes no setor ultrapassam R\$2 bilhões, podemos imaginar a dimensão do roubo em todo o País. Ouso mesmo afirmar que, se acabarmos com as fraudes e os desvios na Previdência, não seria necessá-

ria nem mesmo a reforma que hoje se impõe tanta urgência – e creio não estar exagerando.

A incidência de práticas de corrupção no Estado brasileiro é uma realidade gritante comprovada por estudos e pesquisas. Lamentavelmente, o Brasil ocupa posição nada honrosa no **ranking** de percepção de corrupção da Transparência Internacional, uma ONG que estuda os níveis de corrupção em todo o mundo. O Brasil ficou em 45º lugar no **ranking** dos países corruptos, ao lado de Malavi, Zimbábue e Marrocos, segundo o último relatório da Transparência Internacional. O Índice de Percepção de Corrupção (IPC), medido desde 1995, levantou informações sobre propinas pedidas aos agentes internacionais por funcionários públicos de altos escalões em 99 países. Os dados foram fornecidos pelos próprios governos e pelos organismos de financiamento externos e compilados por organizações como a **World Economic Intelligence Unit**, **Gallup International**, **Freedom House** e **Wall Street Journal**, entre outros.

Não é preciso recorrer-se a organismos internacionais para comprovarmos a crescente crise de moralidade na administração pública brasileira. Para citarmos também apenas um exemplo – melhor seria dizer um mau exemplo – de uma unidade da Federação, só em São Paulo o Ministério Público está investigando 532 denúncias contra prefeitos do Estado, e o noticiário da imprensa nacional vem estampando o escândalo de depósitos de US\$34,4 bilhões nas contas de quatro fiscais da Fazenda Pública do Rio de Janeiro em um banco suíço. Aqui mesmo em Brasília, estamos acompanhando o noticiário que envolve agentes do Poder Judiciário na venda de **habeas corpus** para traficantes, do que já resultou a suspensão de dois magistrados e a abertura de processo administrativo contra Ministro do Superior Tribunal de Justiça e a renúncia de um Deputado envolvido no mesmo escândalo.

A corrupção, pois, está encravada em todo aparelho do Estado brasileiro. Esse é um cancro implantado que é preciso extirpar-se com mais urgência do que qualquer uma das apregoadas reformas que o novo Governo se propõe a realizar. Cerca de 50% das empresas consultadas em levantamento dirigido especificamente ao setor privado reportam já terem sido submetidas a achaques por parte de agentes públicos no que respeita a licitações públicas e fiscalização tributária das três esferas de governo e mais de 30%, na concessão de licenças, também nas três esferas do poder. Esse levantamento realizado pela Kroll, uma multinacional americana que atua na área de consultoria e gerenciamento de riscos, em parce-

ria com a Transparência Brasil, ONG dedicada ao estudo e combate da corrupção, mostrou uma incidência preocupante da corrupção nas privatizações e comprovou a cobrança de propinas e a prática de nepotismo na administração pública brasileira, incluindo também o Judiciário e o Legislativo. A consequência é uma descrença generalizada. A confiança do público brasileiro nas instituições do país é a menor em toda a Ibero-América.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. OLIVIR GABARDO (PSDB – PR) – Com todo o prazer, eminente Senadora.

A Srª Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – V. Exª, no início de sua fala, tocou em dois assuntos extremamente importantes. O primeiro deles é a corrupção no país, o outro, a necessidade de uma nova política para os nossos municípios. Tentarei falar um pouco sobre cada um desses temas. Com relação à corrupção, concordo inteiramente com V. Exª. Sou daquelas que acreditam que, se for combatida a corrupção de modo muito firme, muito determinado, muita coisa não precisa ser mudada. Temos leis boas, temos leis que podem resolver os problemas do país. No entanto, o que precisa ser combatido feroz e ferrenhamente é a corrupção. Não dá mais para conviver com esse mal que já se alastrou para além dos poderes instituídos. A corrupção é generalizada nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No Legislativo e no Executivo, mal ou bem, a população, de quatro em quatro anos – no nosso caso, de oito em oito anos –, promove alterações: pode mudar para melhor, pode até mudar para pior, mas ela tem a chance de alterar o estado de coisas. No Judiciário, isso não existe. Por isso, temos que batalhar ferrenha e ferozmente para promover mudanças. A reforma do Judiciário é imprescindível. O controle externo do Judiciário, organizado de forma séria e abrangente, é necessário sim. Se isso não foi feito, não vamos jamais resolver o problema do tráfico de influência para todo lado. O nepotismo é algo gravíssimo. Há pessoas que se elegem ou que ocupam cargos de proeminência no Poder Público para fazer penduricalhos de familiares e promover o tráfico de influência e outras coisas mais. Sou ferozmente contra o nepotismo. No Estado de Mato Grosso, durante meus três mandatos de deputada estadual, lutei com a maior garra para aprovar uma lei que exterminasse esse cancro, como V. Exª diz, que é a questão do nepotismo, tanto no Legislativo, quanto no Executivo e no Judiciário – ele reina nos três poderes. Isso faz um mal terrível à nação, porque para acoberar e encobrir a corrupção não tem nada melhor do

que o nepotismo. Para não usar muito do seu tempo, farei uma breve referência às privatizações, questão extremamente séria. Ao falar sobre o assunto, lembro-me do companheiro falecido há pouco tempo – não lembro seu nome neste momento – que escreveu sobre a questão das privatizações em dois volumes. Quem leu esses livros, sabe da barbárie, do entreguismo que se promoveu neste País com as privatizações. O Poder Público consertou as coisas mais deterioradas, terminadas e acabadas para, depois, entregá-las a troco de banana, geralmente para os grandes capitais nacionais ou internacionais. Finalizando, eu gostaria de fazer referência à questão dos municípios. Nos dias 11, 12 e 13, como sabe V. Exª, terá ocasião a Sexta Marcha dos Prefeitos a Brasília, que terão um encontro com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. É um momento extremamente importante para que se promovam discussões que vão além do programa de combate à fome. É de extrema importância que seja discutido o fortalecimento do poder local. O poder local precisa ser forte neste País. Ao poder local, os cidadãos chegam facilmente: é muito mais fácil pressionar o vereador e o prefeito do que chegar ao governador e aos deputados estaduais, o que, por sua vez, é mais fácil do que alcançar o Presidente da República, os senadores e os deputados federais. O povo está na base, no local, e quem está no local sabe quais são os seus problemas. Para fortalecer esse poder local, é preciso dar-lhe autonomia para definir políticas em seu raio de ação – é óbvio que algumas políticas, por conta de seus objetivos, precisam ser gerais, amplas, mas a grande maioria, do meu ponto de vista, precisam ser políticas definidas pelo município que contem com recursos descentralizados. Não adianta definir atribuições para o município sem descentralizar recursos. Em nosso Estado de Mato Grosso, por exemplo, isso é muito comum. Se o prefeito quiser polícia, tem que dar combustível para ela; se quiser o Poder Judiciário, tem que pagar o aluguel da casa judiciária; se quiser determinado serviço, tem que ceder funcionários. Ou seja, todo tipo de serviço é entregue ao município, mas não lhe entregam as condições para levá-los a efeito. Precisamos discutir no Congresso Nacional uma proposta diferenciada, realmente muito distinta de tudo o que está aí. Em rápidas palavras, trata-se do fortalecimento do poder local, descentralizando políticas e descentralizando serviços, porque quem está na base sabe o que quer e do que precisa para chegar no prefeito e fazer exigências nesse sentido. Se o município tiver poder para definir políticas, se ele tiver recursos des-

centralizados, as coisas acontecerão com muito mais facilidade e o povo será mais feliz. Muito obrigada.

O SR. OLIVIR GABARDO (PSDB – PR) – Eu é que agradeço o aparte de V. Ex^a, eminente Senadora. V. Ex^a tem toda razão e acrescenta muito ao nosso pronunciamento.

Devo dizer que V. Ex^a também tem razão no que diz respeito à situação precária em que se encontram os municípios brasileiros. Não há dúvida de que há uma distorção muito grande na repartição dos recursos. Em 1986, quando estive na Alemanha fazendo um curso de controle público – era presidente do Tribunal de Contas –, por comparação, pude ver a distorção que existe na distribuição de recursos nas três esferas. Na Alemanha encontramos, naquela oportunidade – não posso dizer como é a situação hoje –, os “municípios” recebendo 40% dos recursos arrecadados. Privilegiava-se muito o poder local; o poder ia decrescendo a medida em que se subia na hierarquia do poder, isto é, na medida em que se alcançavam as maiores unidades federadas até o conjunto de toda a nação. Os encargos, realmente, estão mais na base.

Aqui no Brasil se adotou a sistemática de transferir serviços e obrigações aos municípios, desde a educação. Vejo isso lá no Estado do Paraná, onde a educação de 1º grau foi entregue forçadamente – era de responsabilidade dos Estados – aos municípios. E foram entregues recursos em quantidade suficiente para que eles pudessem dar um ensino de qualidade nesses municípios? É evidente que não. O mesmo se diz com relação à saúde ou mesmo com relação aos serviços da polícia. V. Ex^a tem toda razão.

No entanto, também não deixam de ter razão aqueles que falam que há necessidade de mudar a cultura do brasileiro em todas as partes, inclusive na administração municipal, porque ali também a corrupção é deslavada. Enfim, é terrível o que ocorre. E vou citar apenas dois casos: em um dos municípios em que determinei uma auditoria, por incrível que pareça, o prefeito havia mandado confeccionar um talão de notas fiscais de uma grande empresa do Estado de São Paulo, Sr. Presidente, e, de posse desse talão, durante três anos, o prefeito comprou produtos. Quer dizer, embolsou dinheiro com notas fiscais de um talão falsificado. Ele foi descoberto porque acionamos a Receita Estadual, que mandou verificar na empresa, em São Paulo, e ali ficou constatado que ela não tinha emitido aquele talão de notas.

Por outro lado, isso não ocorre somente com os prefeitos. E vou citar várias irregularidades, mais especificamente no setor orçamentário e financeiro, já que na área de pessoal, nas licitações, enfim, em to-

das as áreas, nos municípios, há um descontrole total. Há suas exceções, é evidente, não vou generalizar e dizer que todos os municípios e todos os administradores sejam assim, mas a grande maioria, infelizmente, comete deslizes e desmandos que têm que ser reprimidos.

Em dois casos nos quais determinei a realização de auditoria na Câmara de Vereadores, em Curitiba e Maringá, encontramos inúmeras irregularidades de desvios de recursos. E V. Ex^a ficaria estarecida se tomasse conhecimento do que se fazia com o dinheiro. O que acontecia era muito simples: faziam um adiantamento, que é uma figura do Direito Administrativo, na forma de simples vales, que davam para os Vereadores, e pelos quais prestavam contas de viagem, de comida de cachorro, enfim, de tudo. E quem prestava contas? Os Vereadores, para uma comissão de Vereadores. Quando o Tribunal de Contas foi fiscalizar, verificou a calamidade que havia na administração.

Portanto, isso é um problema de cultura. Infelizmente, estou convencido de que ainda vamos levar muitos anos para afastar em definitivo a corrupção deste País. E por quê? Porque há uma cultura, a cultura de levar vantagem em tudo. E parece-me que isso está gerando esta situação que hoje estamos vivendo. Mas acredito, tanto quanto V. Ex^a, que se houver esforço poderemos reduzir em muito a corrupção. Ela é tradicional, é antiga, é dos tempos dos romanos, dos fenícios, etc., mas poderemos combatê-la, desde que haja o empenho das autoridades e, principalmente, dos órgãos de controle e de fiscalização. É lamentável que, até hoje, os Tribunais de Contas, tanto da União quanto dos Estados, não possam, como eu não pude quando fui Presidente do Tribunal de Contas, fazer auditoria nos bancos oficiais, onde os descalabros foram os maiores.

O Banco do Estado do Paraná, Sr. Presidente, foi à falência porque se soltava dinheiro sem nenhuma cobertura. Desviaram-se recursos e até hoje o Paraná está pagando uma dívida brutal, de mais de R\$6 bilhões, que o Banco do Estado deixou.

É lamentável, portanto, que os órgãos de controle externos, os Legislativos municipais, estaduais e federais e os tribunais de contas não possam atuar com eficiência. A Constituição Federal atual determina que os três Poderes devem ter controle interno unificado. Por que não se instituiu ainda que o controle do Poder Executivo Federal seja unificado no Ministério da Fazenda ou em outro Ministério? Aqui há de se propor realmente que o Poder Executivo Federal crie um Ministério de Controle Interno, como está no art.

74 da Constituição, que determina que os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo tenham o controle interno, e não apenas o controle externo, exercido pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal de Contas.

Esperamos ainda ter dias melhores neste País.

Continuando, Sr. Presidente, a confiança do público brasileiro nas instituições do País é a menor em toda a Ibero-América. Pesquisa realizada periodicamente pelo Consórcio Ibero-Americano de Empresas de Investigação de Mercado, em 16 países, coloca o Brasil com os menores índices de confiança entre os países pesquisados – os quais incluem a Colômbia, o Peru, a Venezuela, o Equador, países que ostentam lamentáveis índices de deterioração ética no seu aparelho político e social. E não é para menos, pois a corrupção tem reflexos diretos na vida dos cidadãos, já que subtrai ponderáveis recursos públicos imprescindíveis para a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que afasta investimentos externos, tão necessários para impulsionar o desenvolvimento econômico do País, com a criação de novos empregos.

É válido, portanto, afirmar-se que a corrupção está na gênese de todos os problemas brasileiros. Está de tal forma enraizada entre nós que sua prática se constitui um lugar comum na administração pública nacional. Evoco aqui a minha experiência como Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, função que exerci durante mais de sete anos, e como Ouvidor-Geral, com a tarefa de controle interno do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Nessas funções, pude constatar os desmandos e os descalabros que se praticam cotidianamente na administração da coisa pública, com uma desfaçatez impressionante. Os municípios são administrados, com as exceções de praxe, com um elevado grau de irresponsabilidade, e o dinheiro público, muitas vezes, confunde-se com o dinheiro privado, em uma promiscuidade inominável.

Trago à colação, aqui, alguns exemplos colhidos no Tribunal de Contas do meu Estado que bem ilustram os descalabros aos quais estou me referindo. Gostaria de relacionar aqui alguns aspectos das distorções e dos desvios que ocorrem especialmente na área de orçamento, de execução orçamentária. Entre as distorções na área orçamentária, há os seguintes exemplos:

- Ausência de publicidade dos atos de alteração orçamentária no órgão oficial da municipalidade;

- Publicidade extemporânea dos atos de alteração orçamentária;
- Inexistência de recursos hábeis para as alterações ocorridas no decorrer da execução do Orçamento;
- Descumprimento do princípio da universalidade;
- Execução de orçamento diverso do aprovado pela Câmara, principalmente no que se refere às possibilidades de alterações no curso da execução orçamentária;

E, aqui, quero abrir um parêntese para lembrar que, na época em que a inflação era de 60% a 80%, o Orçamento era uma ficção. Hoje, no entanto, apesar de estarmos em uma época de inflação baixa, ainda assim vemos os orçamentos municipais como uma verdadeira ficção. Não são cumpridos. E é lamentável que os órgãos responsáveis pela fiscalização, as Câmaras de Vereadores e os Tribunais de Contas, não acompanhem de perto. E hoje podemos exercer esse controle de forma muito mais eficiente, por meio de programas de computadores, porém falta efetivamente o desejo de fazer controle da execução orçamentária com seriedade.

Outras irregularidades:

- Alterações de limites para suplementação no decorrer da execução do Orçamento;
- Utilizar-se do Orçamento apenas como peça pró-forma e não como instrumento integrante do sistema de planejamento;
- Suplementações de Créditos Especiais por meio de decretos;
- Uma outra coisa absolutamente irregular:
- Despesas empenhadas sem dotação orçamentária;
- Despesas alocadas em órgãos/unidades diversos da área de atuação;
- Empenho das obrigações patronais incompatível com aquela devida;

E, assim, elenco uma série de irregularidades que existem na execução orçamentária – e, no aspecto financeiro, as irregularidades não são as menores –, como, por exemplo, entre outras, aplicação de recursos em instituições financeiras privadas, quando a legislação determina que esta seja feita em instituições públicas; utilização indevida de vales e adiantamentos, que foi exatamente o que citei, há pouco,

com relação ao que ocorria na Câmara de Vereadores de Curitiba; emissão de cheques sem fundos; emissão de cheques pré-datados; emissão de cheques nominais à própria instituição; divergência entre a cópia (espelho) do cheque e o cheque verdadeiro; manutenção de volumosos saldos bancários sem movimentação por longo período; divergência entre os registros do boletim de caixa e a efetiva arrecadação; criação de fictícias obrigações extra-orçamentárias; apropriação indébita de retenções que deveriam reverter ao Tesouro.

Cito uma série de irregularidades, cuja transcrição peço que seja considerada como lida.

Elenco, também, as irregularidades no setor patrimonial; nas licitações; na remuneração dos agentes políticos; na manutenção e desenvolvimento do ensino; na despesa com pessoal; no atendimento à saúde, cujo cumprimento não se dá conforme determina a lei; nas despesas com serviços de terceiros; na receita de alienação de bens – o que se faz com esses recursos; na instituição e arrecadação de impostos e evolução da dívida ativa, na previdência municipal e na publicidade.

Além das irregularidades enumeradas em meu discurso, há que se dizer que os gastos realizados na execução orçamentária, especialmente nos Municípios, deveriam ter uma publicidade maior, a fim de que a população pudesse acompanhar o que foi feito. Se a Câmara de Vereadores não fiscaliza, a população tem interesse em fazê-lo. A publicidade está realmente necessitando de uma ênfase maior, para que a sociedade possa acompanhar a aplicação dos recursos nessa área.

Assim, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esses são exemplos de malversação da coisa pública a comprovar o quanto está arraigada entre nós a cultura da corrupção. Se não houver um combate sem trégua a esses desvios de conduta na condução da coisa pública, não será possível uma mudança nos costumes, e dificilmente o Brasil alcançará os níveis de progresso e bem-estar que o seu povo tanto augura. O combate à corrupção deve ser, pois, a meta primordial do novo Governo, sob pena de este não obter os resultados que espera com as reformas que se propôs realizar.

Sr^a Presidente, nesta oportunidade, como se trata do meu último discurso neste Senado – pois se encerra o período de quatro meses de licença do eminente Senador Alvaro Dias, que deve reassumir na segunda-feira –, gostaria de deixar registrados os meus agradecimentos.

Primeiramente, agradeço ao Senador Alvaro Dias, que nos deu a oportunidade de aqui estarmos durante esses quatro meses, em um convívio extraordinário com todos os Srs. Senadores e com os funcionários desta Casa. Quero agradecer, ainda, ao Presidente Ramez Tebet, que teve para conosco uma atitude cavalheiresca em todas as vezes que o procuramos. Deixo o meu abraço a S. Ex^a. Agradeço, também, aos meus companheiros de Partido, que me acolheram, especialmente o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, a quem dedico a minha estima, a mesma estima que tenho por seu pai, desde que fomos colegas na Câmara dos Deputados. Enfim, deixo os meus agradecimentos a todos os meus Pares, com os quais pude conviver neste curto período de quatro meses. Estarei, como amigo de todos, no Paraná, a toda e qualquer hora.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR OLIVIR GABARDO

O SR. OLIVIR GABARDO (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho nenhuma dúvida ao afirmar que boa parte dos problemas brasileiros seria resolvida sem o sacrifício de funcionários e trabalhadores, que fatalmente serão atingidos pelas reformas necessárias que se impõem ao país, se fosse possível estancar a corrupção entre nós. Tomemos como exemplo a Reforma da Previdência. Quando tomamos conhecimento de que somente numa unidade da Federação – o Rio de Janeiro – as fraudes no setor ultrapassam a dois bilhões de reais, podemos imaginar a dimensão do rombo em todo o país. Ouso mesmo afirmar que se acabarmos com as fraudes e os desvios na Previdência, não seria necessária nem mesmo a reforma que hoje se impõe tanta urgência e creio não está exagerando.

A incidência de práticas de corrupção no Estado brasileiro é uma realidade gritante comprovada por estudos e pesquisas. Lamentavelmente, o Brasil ocupa posição nada honrosa no **ranking** de percepções de corrupção da Transparência Internacional, uma ONG que estuda os níveis de corrupção em todo o mundo. O Brasil ficou em 45º lugar no **ranking** dos países corruptos ao lado do Malawi, Zimbábue e Marrocos, segundo o último relatório da Transparência Internacional. O Índice de Percepção de Corrupção (IPC), medido desde 1995, levantou informações sobre propinas pedidas aos agentes internacionais por funcionários públicos de altos escalões em 99 países. Os dados foram fornecidos pelos próprios governos e

pelos organismos de financiamento externos e compilados por organizações com o **World Economic Intelligence Unit**, **Gallup International**, **Freedom House** e **Wall Street Journal**, entre outros. Mas não é preciso recorrer-se a organismos internacionais para comprovarmos a crescente crise de moralidade na administração pública brasileira. Para citarmos também apenas um exemplo (melhor seria dizer mau exemplo) de uma unidade da Federação, só em São Paulo o Ministério Público está investigando 532 denúncias contra prefeitos do Estado e o noticiário da imprensa nacional vem estampando o escândalo dos depósitos de US\$34,4 bilhões nas contas de quatro fiscais da Fazenda, do Rio de Janeiro, em um banco suíço.

Aqui mesmo em Brasília estamos acompanhando noticiário que envolve agentes do Poder Judiciário na venda de **habeas corpus** para traficantes, do que já resultou a suspensão de dois Magistrados e a abertura de processo administrativo contra um Ministro do Superior Tribunal de Justiça e a renúncia de um Deputado envolvido no mesmo escândalo. A corrupção, pois, está encravada em todo aparelho do Estado brasileiro. Este é um cancro implantado que é preciso extirpar-se com mais urgência do que qualquer uma das apregoadas reformas que o novo governo se propõe realizar. Cerca de 50 por cento de empresas consultadas em levantamento dirigido especificamente ao setor privado reportam já terem sido submetidas a ataques por parte de agentes públicos no que respeita a licitações públicas e fiscalização tributária das três esferas de governo e mais de 30 por cento na concessão de licenças, também nas três esferas do poder. Este levantamento realizado pela Kroll, uma multinacional americana que atua na área de consultoria e gerenciamento de riscos em parceria com a Transparência Brasil, ONG dedicada ao estudo e combate da corrupção, mostrou uma incidência preocupante da corrupção nas privatizações e comprovou a cobrança de propinas e a prática de nepotismo na administração pública brasileira, incluindo também o Judiciário. A consequência é uma descrença generalizada. A confiança do público brasileiro nas instituições do país é a menor em toda a América ibérica. Pesquisa que é realizada periodicamente pelo Consorcio Ibero-Americano de Empresas de Investigação de mercado, em 16 países, coloca o Brasil com os menores índices de confiança entre os países pesquisados – os quais incluem a Colômbia, o Peru, a Venezuela, o Equador, países que ostentam lamentáveis índices de deterioração ética no seu aparelho político social. E não é para menos, pois, a corrupção tem reflexos

diretos na vida dos cidadãos, pois, subtrai ponderáveis recursos públicos imprescindíveis para a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que afasta daqui investimentos externos, tão necessários para impulsionar o desenvolvimento econômico do país, com a criação de novos empregos. É, pois, válido afirmar-se que a corrupção está na gênese de todos os problemas brasileiros. Está de tal forma enraizada entre nós que sua prática se constitui um lugar comum na administração pública nacional. Evoco aqui a minha experiência como Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, função que exerci durante mais de sete anos e como Ouvidor Geral, com a tarefa de controle interno do Poder Executivo. Pude constatar nestas funções os desmandos e os descabimentos que se praticam cotidianamente na administração da coisa pública com uma desfaçatez impressionante. Os municípios são administrados – com as exceções de praxe – com um elevado grau de irresponsabilidade onde o dinheiro público muitas vezes se confunde com o dinheiro privado numa promiscuidade inominável. Trago à colação aqui alguns exemplos colhidos no Tribunal de Contas do meu Estado, que bem ilustram os descabimentos aos quais estou me referindo. Vejamos:

1. Aspectos Orçamentários

- Ausência de publicidade dos atos de alteração orçamentária no Órgão Oficial da municipalidade;
- Publicidade extemporânea dos atos de alteração orçamentária;
- Inexistência de recursos hábeis para as alterações ocorridas no decorrer da execução do orçamento;
- Descumprimento do princípio da universalidade;
- Execução de orçamento diverso do aprovado pela Câmara, principalmente no que se refere às possibilidades de alterações no curso da execução;
- Alterações de limites para suplementação no decorrer da execução do Orçamento;
- Utilizar-se do orçamento apenas como peça pró-forma e não como instrumento integrante do sistema de planejamento;
- Suplementações de Créditos Especiais por meio de decretos;
- Despesas empenhadas sem dotação orçamentária;
- Despesas alocadas em órgãos/unidades diversos da área de atuação;
- Empenho das obrigações patronais incompatíveis com aquela devida;

- Desconexão entre os instrumentos PPA, LDO e LOA;
- Déficit orçamentário;
- Não elaboração do cronograma financeiro de desembolso e das metas bimestrais de arrecadação que devem ser baixadas por decreto do Executivo, até 30 (trinta) dias da aprovação do orçamento;
- Criação de despesas continuadas sem elaboração de demonstrativo de impacto orçamentário;
- Concessão de subvenções sociais sem previsão na LDO e Lei específica;
- Inconsistência entre as receitas contabilizadas e as informadas pela STN e SEFA;
- Elaboração de demonstrativos inconsistentes, isto é, um para atender o Tribunal, outro para a Secretaria do Tesouro Nacional (para fins de operações de crédito).

2. Aspectos Financeiros

- Aplicação de recursos em instituição financeira privada;
- Utilização indevida de vales e adiantamentos;
- Emissão de cheques sem fundos;
- Emissão de cheques pré-datados;
- Emissão de cheques nominais a própria instituição;
- Divergência entre a cópia (espelho) do cheque e o cheque verdadeiro;
- Manutenção de volumosos saldos bancários sem movimento por longo período;
- Divergência entre os registros do Boletim de caixa e a efetiva arrecadação;
- Criação de fictícias obrigações extra-orçamentárias;
- Apropriação indébita de retenções que deveriam reverter ao Tesouro;
- Falta de tributação do IRRF e ISS;
- Desvios de recursos através de pagamentos a empresas fantasmas;
- Utilização indevida de recursos de consignações e vinculados;
- Falsa quitação de empenhos de Restos a Pagar;
- Pagamentos por conta de serviços não realizados ou bens/mercadorias não entregues;
- Falseamento de liquidações de entrega de bens e serviços;
- Abuso na concessão de subvenções que não são integralmente aplicadas pelo beneficiário;
- Concessão de auxílios a clubes de futebol profissional ou amador;

- Execução orçamentária sem planejamento, acarretando elevados déficits e conduzindo o Município a situações de desequilíbrio;
- Pagamentos indevidos de horas extras ou de gratificações sem amparo legal;
- Descumprimento de precatórios judiciais;
- Desrespeito a ordem cronológica dos Restos a Pagar;
- Desvios de arrecadação mediante falsos encontros de contas com documentos divergentes da efetiva cobrança;
- Pagamento de despesas estranhas à Administração;
- Pagamento de despesas públicas com cheques/dinheiro dos agentes;
- Empréstimos ilegais, sem autorização oficial do Órgão competente;
- Realização de ARO sem necessidade ou para despesas de capital;
- Empréstimos tornados de entidades da Administração indireta/empresas controladas;
- Empréstimos tomados de servidores e particulares;
- Operações trianguladas com fornecedores/prestadores de serviço;
- Incompatibilidades negociais de agentes públicos;
- Assunção de compromissos nos últimos dois quadrimestres do encerramento do mandato sem provisão de recursos para o pagamento;
- Despesas com refeições de servidores e agentes eletivos dentro do Município;
- Despesas com confraternizações, troféus, medalhas, jogos de camisa, etc.

3. Aspectos Patrimoniais

- Utilização da estrutura pública para fins particulares;
- Aquisição de bens de agentes políticos através de interpostas pessoas destes;
- Doação de bens públicos a agentes políticos através de interposta pessoa destes;
- Desvios de bens patrimoniais;
- Extrapolação do limite da dívida consolidada líquida;
- Falta de inscrição de bens patrimoniais permanentes.

4. Licitações

- Compras diretas quando a licitação era exigida;

- Licitações montadas;
- Fracionamento de compras e obras;
- Inatendimento do art. 22, § 60, da Lei nº 8.666/93, ou seja, a prática do direcionamento de convites e a prática do rodízio entre Os fornecedores;
- Utilização de modalidades Licitatórias inadequadas para restringir a competição e favorecer fornecedores;
- Não observância dos instrumentos de habilitação, quanto à regularidade perante o INSS e FGTS, bem ainda com relação a pendências do fornecedor perante a Administração Licitante;
- Incompatibilidades entre as datas da homologação e dos empenhos;
- Desobediência dos prazos legais;
- Aditamentos contratuais sem fundamento jurídico;
- Prazos contratuais em desacordo com a Legislação;
- Ausência de publicação dos extratos contratuais;
- Utilização indevida dos institutos da dispensa e da inexigibilidade;
- Falta de processos de dispensa e inexigibilidade;
- Falta de cadastro dos fornecedores, ocasionando a convocação de empresas com sócios recíprocos;
- Falta de contrato com os elementos essenciais.

5. Remuneração dos Agentes Políticos

- Ato fixatório baixado extemporaneamente ou elaborado em desconformidade com as normas incidentes;
- Recebimentos indevidos de subsídios;
- Recebimentos indevidos de diárias;
- Recebimentos indevidos de sessões extraordinárias;
- Não retenção do IRRF e de obrigações previdenciárias;
- Extrapolação dos limites para a Folha de Pagamento dos vereadores.

6. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 2121CF, Leis Federais nº 9394/96 e nº 9.424/96)

- Não atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, como determina o art. 40-da Lei nº 9.424/96, o que geralmente ocorre em razão da falta de apoio por parte do Poder Executivo no fornecimento de dados e explanações sobre o

recebimento e a aplicação dos recursos, contrariamente ao previsto no art. 50 da Lei Federal nº 9.424/96;

- Destinação de recursos em percentual abaixo do exigido constitucionalmente;
- Falta de repasses das receitas da educação no prazo legal;
- Falta de abertura das contas vinculadas à educação;
- Aplicação de recursos em ações não caracterizadas como manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, contrariando o disposto no art. 20 da Lei nº 9.424/96 e o art. 70 da Lei nº 9.394/96 (LDB);
- Não aplicação do mínimo de 60% da receita originária do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental, contrariando o disposto no art. 7º da Lei nº 9394/96 (LDB);
- Folha de Pagamento do magistério inclui servidores não caracterizados como profissionais do magistério, consoante dispõem o art. 64 da LDB e Res. nº 03/97, do Conselho Nacional de Educação;
- Deixar de destinar a integralidade dos recursos recebidos do FUNDEF, ou seja, deixar sobras de recursos sem o correspondente comprometimento em manutenção e desenvolvimento do ensino;
- Problemas com a programação orçamentária, e a conseqüente perda dos controles financeiros e orçamentários;
- Não encaminhamento das atas do Conselho do FUNDEF;
- Utilização da estrutura da educação em outras áreas ou em benefício de particulares, principalmente a frota de Ônibus.

7. Despesa com Pessoal

- Contratações de pessoal sem concurso público;
- Contratações de pessoal por prazo determinado sem base legal;
- Criação de cargos sem previsão na EDO;
- Contratação de pessoal, a qualquer título, sem a existência de vagas disponíveis;
- Contratação de pessoal sem a observância da ordem de classificação no concurso/teste seletivo;
- Aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 dias do encerramento do mandato;
- Concessão de aumento acima do índice legal em período eleitoral;
- Não redução do excesso de gasto com pessoal dentro do prazo legal;

- Concessão de aumentos apenas com base em decreto;
- Recebimentos indevidos de diárias;
- Recebimentos indevidos de horas extras;
- Concessão de vantagens sem base legal;
- Acumulação ilegal de vencimentos;
- Criação de cargos de provimento em comissão cujas atribuições estão em desconformidade com os requisitos constitucionais.

8. Atendimento à Saúde – Emenda Constitucional nº 29, de 13-9-01.

- Destinação de recursos em percentual abaixo do exigido constitucionalmente (OF, art. 156, 158 e 159, 1, b, e § 3º);
- Não aplicação das receitas através de Fundo Municipal de Saúde;
- Aplicação de recursos em ações não caracterizadas como ações e serviços públicos de saúde;
- Falta de criação do Conselho Municipal de Saúde;
- Falta do parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- Falta de realização das audiências públicas.

9. Despesas com Serviços de Terceiros – art. 72 da Lei Complementar nº 101/2000

- Aumento das despesas em percentual acima do limite legal;
- Indevida terceirização de mão-de-obra para a realização de atividade – fins;
- Locação civil de serviços, especialmente de assessor jurídico e contador;
- Contratação direta de assessor jurídico e contador quando a Licitação é exigível;
- Nomeação de contador e assessor jurídico para cargo de provimento em Comissão.

10. Da receita de alienação de bens – art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000

- Aplicação da receita de alienação de bens em desconformidade com o exigido no art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, na aquisição de novos bens ou amortização de dívida.

11. Instituição e Arrecadação de Impostos e Evolução da Dívida Ativa

- Falta de efetividade na cobrança e instituição dos tributos de competência municipal (Incidindo na situação prevista no art. 59, § 1º, inciso V)

12. Previdência Municipal

- Não atendimento a exigência do caráter contributivo ao regime, estipulando-se contribuição do segurado e do Município – nos termos dos incisos II e VII do art. 10 da Lei nº 9.717/98;
- A cobertura de benefícios não foi garantida exclusivamente aos servidores titulares de cargo efetivo;
- Concessão de benefícios diversos do Regime Geral da Previdência;
- A utilização dos recursos não se destinou unicamente para o pagamento de benefícios previdenciários;
- Não existência de conta do regime de previdência próprio distinta da do tesouro geral;
- Não comprovação do repasse das contribuições dos servidores e ente patronal para a conta corrente do fundo de previdência;
- A Projeção Atuarial e Demonstração das Receitas e Despesas Previdenciárias não integraram a conteúdo dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária.
- Não existência de sistema de contabilidade Cu controles evidenciadores da continuidade do Tesouro como unidade gestora, para o caso em que o regime próprio foi extinto, mas este manteve a atribuição de manutenção da concessão dos benefícios previdenciários de seus servidores. (O art. 21, da Portaria MPAS nº 4.992/99, alterada pela Portaria nº 7.796/00, determina que a vinculação dos servidores ao Regime Geral da Previdência Social é obrigatória para o ente estatal que *extinguir seu regime próprio de previdência social*).
- Não elaboração do cálculo atuarial por profissional habilitado pelo MIBA;
- Não comprovação da adoção das medidas dispostas no Parecer atuarial.

13. Publicidade

- Patrocínio a veículos de imprensa;
- Realização de publicidade com matérias de caráter promocional de agentes públicos e políticos;
- Contratação do Órgão de imprensa sem licitação;
- Constituição de mais de um Órgão de imprensa oficial.
- Falta de lei instituidora do Órgão de imprensa oficial;
- Não comprovação das matérias divulgadas.

São exemplos de malversação da coisa pública a comprovar o quanto está arraigada entre nós a

cultura de corrupção e se não houver um combate sem trégua a esses desvios de conduta na condução da coisa pública, não será possível uma mudança nos costumes e dificilmente o Brasil alcançará os níveis de progresso e bem estar que o seu povo tanto augura. O combate à corrupção deve ser, pois, a meta primordial do novo governo sob pena de não obter os resultados que espera com as reformas que se propôs.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Olivir Gabardo, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Shlessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para dar continuidade à abordagem que fiz, ontem, sobre a questão dos Estados brasileiros, a distribuição da nossa população no território nacional, o pacto federativo, a reforma tributária e as questões orçamentárias, que foram muito bem tratadas, desta tribuna, pelo nobre e eminente Senador Olivir Gabardo, que acabou de fazer o seu pronunciamento.

Senador Olivir Gabardo, V. Exª teve uma passagem extraordinária por esta Casa do Congresso Nacional, que já o conhece há muitos anos, em função de seu mandato na Câmara dos Deputados. Durante os quatro meses em que representou o seu Paraná, em substituição ao nosso colega, Senador Alvaro Dias – ex-Governador e, também, grande liderança consolidada do Estado do Paraná –, V. Exª abordou diversos temas. E, hoje, exatamente no dia da sua despedida, V. Exª tratou de um assunto por demais importante: o desperdício dos recursos em função da corrupção, o enfraquecimento dos Municípios e a questão orçamentária.

Na verdade, esse problema tem sido um grande desestímulo para nós, Congressistas, porque a história do contingenciamento, do não cumprimento da peça orçamentária, virou uma rotina, uma tradição. O Orçamento, então, deixa de ser uma peça auxiliar e de fundamental importância para o planejamento das ações do poder público e passa a ser um empecilho para quem está governando. Quem contingencia arrecada e, depois, envia projetos solicitando autoriza-

ção para gastos suplementares, ou seja, para a realização de despesas que não estavam previstas no Orçamento, com o conseqüente cancelamento de despesas que estavam ali efetivamente planejadas.

O Orçamento começa no Executivo, onde é elaborado, e, depois, é submetido ao Parlamento. Discutimos a peça orçamentária, e, diferentemente do que pensa a população, o percentual que alteramos é mínimo, é muito pequeno e, ainda assim, não prevalece.

Esse tema esteve presente em muitos discursos dos membros do Partido dos Trabalhadores, e espero que, efetivamente, haja uma coerência desses Parlamentares para que exijam do Executivo o cumprimento daquilo que o Congresso estudou, respeitou e vem respeitando há muitos anos, aquilo que sai do Executivo, do planejamento dos diversos Ministérios, e, depois, recebe alterações.

Não me refiro, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, às emendas parlamentares – assunto que não deveria nem ser discutido, porque envolve um percentual muito pequeno –, mas sim às emendas de bancada. Para a elaboração dessas emendas, os prefeitos procuram os parlamentares, discute-se toda uma estratégia com os governadores, e, depois, é feito o contingenciamento. Não há o cumprimento das despesas e das ações ali previstas, e o Executivo envia projetos de decretos legislativos pedindo autorização para gastos que sempre são concedidos pelo Congresso. Por tudo isso, sentimos que estamos desperdiçando um tempo importante da ação parlamentar. Eu diria que nos sentimos fazendo parte de uma grande ilusão, que é a participação do Congresso na elaboração orçamentária.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu demonstração extraordinária de respeito ao Congresso Nacional ao vir pessoalmente ler sua mensagem na abertura dos trabalhos legislativos. Nessa ocasião, entendi que o convite feito pelo Presidente ao Congresso de fazermos uma parceria – e não de haver uma relação de submissão – na administração dos problemas nacionais era um sinal de que Sua Excelência iria respeitar a peça orçamentária, ou seja, iria executar o Orçamento respeitando as decisões das bancadas, das comissões técnicas e da Comissão de Orçamento. Esta última é uma comissão mista, que conta com Deputados e Senadores, que se debruçam sobre essa questão, estudam os problemas, discutem com os Ministros – porque todos os Ministros passam pela Comissão de Orçamento – e buscam, enfim, dar uma orientação para o melhor aproveitamento dos recursos nos diversos Estados.

É importante ressaltar, Sr^a Presidente, Senador Olivir Gabardo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Comissão de Orçamento vem tomando medidas importantes no aprimoramento da execução e da elaboração da peça orçamentária. Todo ano, são relacionadas obras com indícios de irregularidade e obras com irregularidades já detectadas pelo Tribunal de Contas da União. Portanto, existe uma perfeita simbiose entre os órgãos, as Cissets dos diversos Ministérios, o Tribunal de Contas da União, e a Comissão de Orçamento, para que não sejam liberados recursos para essas obras irregulares, nem seja permitido que obras sejam paralisadas, o que gera desperdício do recurso público. Esse tem sido o esforço da Comissão de Orçamento.

Passei pela Comissão de Orçamento, fui relator de uma determinada área, mas procurei nela não permanecer, porque entendo que a elaboração orçamentária, embora da maior importância, é apenas uma **nuance** da atividade parlamentar; mas presto uma homenagem aos Parlamentares que estão, todos os anos, debruçados sobre a peça orçamentária, não só na sua elaboração, mas na fase mais importante, que é justamente a da execução orçamentária.

Não quero, Sr^a Presidente, que as minhas palavras sejam aqui traduzidas como uma crítica ao Poder Executivo, que, a meu ver, procedeu a esse contingenciamento em função da própria necessidade de um período extremamente intranquilo do mercado nacional e internacional. Mas, na medida em que a arrecadação vem ocorrendo superior à prevista e temos já anunciado um superávit primário, é hora de o Poder Executivo sinalizar quais serão as obras estratégicas, as principais ações que pretende desenvolver com relação ao que foi transformado em lei, que é o Orçamento Geral da União.

Sr^a Presidente, meus nobres Pares, quero insistir, desta tribuna, na necessidade de aprofundar o debate sobre a ocupação deste extraordinário território brasileiro, que, no meu entendimento, possui uma distribuição populacional injusta e causadora de graves problemas nacionais. Precisamos recuperar o espírito do pacto federativo com um grande projeto nacional, que passa obrigatória e necessariamente por uma redivisão do nosso território. O nosso grande Estado do Amazonas tem 1.570.000 km² para 2.800.000 habitantes; o Estado do Pará, 1.247.000 km²; no Estado do Mato Grosso, que já foi dividido e gerou o Estado do Mato Grosso do Sul, com grande êxito para os dois Estados, remanesce 903.000 km². Então, precisamos rediscutir a presença da nossa população em grandes centros urbanos, em detrimento do grande

vazio ocupacional que existe em regiões tão prósperas, agricultáveis, com grandes potenciais a serem desenvolvidos, mas, por falta de um grande projeto nacional, ficamos assistindo a cenas como esta agora, como a questão específica dos presídios nos grandes centros urbanos.

Ora, já ficou provado que estamos perdendo a guerra para o crime por falta de informação. No Brasil, em função do longo período de ditadura e da utilização dos serviços de informação para fins de patrulhamento ideológico, de perseguição política, desvirtuou-se a visão da população sobre os aparelhos de informação, que devem necessariamente servir à sociedade para, principalmente, combater as organizações criminosas que estão altamente especializadas na utilização da informação como base para suas ações.

O que tem essa discussão a ver com a redivisão territorial? Temos dois terços da população brasileira ocupando um terço do território nacional, 80% do orçamento público gastos no Sudeste litorâneo e, em contrapartida, uma imensidão territorial de terras produtivas, com grandes riquezas minerais, em Estados que estão ocupados com taxas demográficas de 1,2 a 3 habitantes por quilômetro quadrado, numa verdadeira desorganização nacional.

Portanto, Sr. Presidente, pretendo oferecer a esta Casa, como peça de discussão, um projeto de lei estabelecendo normas para a criação de Territórios Federais e de Estados. Particularmente, prefiro a criação de Estados, porque pressupõem a autonomia plena de uma população para decidir sobre seus governantes, seus projetos, municípios, capital, sua população. Enfim, é sempre melhor do que a criação de Territórios Federais. Mas pretendo, nesse projeto de lei, propor a criação de Territórios Federais numa modalidade diferente daquela que já ocorreu em passado recente em nosso País. Não queremos Territórios Federais com governadores indicados, funcionários públicos pagos pela União, o contribuinte gastando com a criação de uma nova unidade federativa. Não é isso que estou aqui abordando. Não é essa a minha intenção ao propor um projeto de lei que discipline a criação de novos Estados e Territórios Federais.

Apenas para dar um exemplo do que seria a presença de um Território Federal na Região Norte do País, onde o Governo Federal tivesse responsabilidades maiores para com essa nova unidade federativa, não haveria a menor dificuldade para distribuímos, em um grande projeto nacional, por exemplo, os presídios federais de segurança máxima. Um Território Federal novo, criado com o objetivo de ocupação es-

tratégica de áreas importantes de produção mineral, agrícola, de aproveitamento da biodiversidade, poderia ser sede de um presídio de segurança máxima, sem nenhum problema, sem causar ali nenhum transtorno. Hoje, da forma como estamos dispostos na nossa Federação, com a perda do sentido federativo, estamos assistindo a casos como o do Rio do Janeiro, em que, apropriadamente, a Governadora Rosinha Matheus requereu tropas federais para aquele Estado. A esta altura, não cabe mais a discussão se é bom ou ruim; é uma necessidade, é um imperativo. Vamos discutir, agora, se houve menos ou mais crimes, mas, de qualquer forma, não houve mais quebra da ordem pública, o desrespeito, a insubordinação, a desobediência civil, e os comerciantes tendo que aceitar não do Poder Público, mas do poder paralelo, a determinação de que as portas estarão fechadas.

Sr. Presidente, preciso dar o meu depoimento à Nação brasileira sobre o carnaval no Estado do Tocantins, na minha Palmas, que teve índices baixíssimos de violência, mesmo com o turismo de populações oriundas de Brasília, de Goiânia, enfim, de toda esta Região Centro-Oeste. O carnaval de Palmas foi extraordinariamente prestigiado – todos os hotéis estavam lotados – e registrou índices baixíssimos de violência.

Sr. Presidente, como foi importante para este País a criação de Brasília! Qual não foi a visão de Juscelino Kubitschek ao deslocar o eixo do poder, permitindo à cidade do Rio de Janeiro assumir a sua verdadeira vocação de pólo turístico – uma cidade extraordinária, maravilhosa –, trazendo o centro das decisões nacionais para o interior do território brasileiro! Essa foi, sem dúvida alguma, a ação administrativa mais importante que se pode destacar, de muitos anos para cá. É por isso que presto sempre uma grande homenagem ao notável brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, que teve a visão, que soube enfrentar as críticas e ofereceu ao País um grande projeto nacional: depois de Brasília, veio a Belém-Brasília e a ocupação destas novas áreas.

Somos, efetivamente, a alternativa que podemos oferecer para que a Nação não repita e não vivencie a experiência negativa de ter grandes concentrações urbanas, onde as populações vivem em áreas de risco, em beiradas de rios que devem ser canalizadas, sem saneamento básico.

Diariamente, isso acontece na grande cidade de São Paulo, a capital desse extraordinário Estado, no qual me orgulho de ter nascido – orgulho-me também de não ter ficado lá, de ter migrado para o Tocantins, que é, hoje, uma alternativa para o desenvolvimento

nacional. Fico triste em ler, diariamente, nos noticiosos, nos programas de televisão, sobre os problemas decorrentes das chuvas. Em função das mudanças do clima, cada vez mais fortes, surgem problemas intermináveis na cidade de São Paulo. E ficamos a assistir à população cobrando providências como se o problema fosse decorrente de uma deficiência da ação da Prefeita ou do próprio Governador: “Aqui em São Paulo, não se faz nada; nas favelas, nas beiras dos córregos, mais uma vez, vemos barracos desabando, enchentes, e a população perdendo as poucas coisas que já tem. E não se faz nada.”

Não há o que fazer. O que se pode prometer à população a que se permite morar nas encostas, nos riachos, em favelas: saneamento básico na beira de um córrego ou em encosta de um morro?! Não, Sr. Presidente.

Tínhamos que ter projetos para áreas com grande potencial de desenvolvimento, que pudessem ser alternativas para essas pessoas, no sentido de promover uma migração coordenada. O Governo Federal deveria oferecer à população brasileira um projeto nacional, a exemplo do que está fazendo com o Programa Fome Zero, ao qual sou totalmente favorável. Entendo que é uma necessidade. Não podemos perder a capacidade de indignação com relação à fome, mas também não podemos perder a capacidade de indignação com relação ao abandono da criança, com a existência de áreas onde ocorrem essas grandes concentrações.

Grande parte das pessoas responsáveis, hoje, pelos programas governamentais como o Fome Zero acabam por emitir opiniões preconceituosas, que, tenho certeza, não tiveram como objetivo denegrir ou diminuir a condição dos nordestinos e nortistas – nós, que nos denominamos gente de pele morena, que habitamos as regiões Norte e Nordeste deste País – ou dividir o País entre nós e eles. “Ou nós fazemos algo na região deles, ou eles virão para cá e nós teremos que viver dirigindo carros blindados, porque não haverá outra alternativa”.

Isso é muito triste, Sr. Presidente. E decorre da falta de um grande projeto nacional, que nos permita melhor ocupação territorial. Basta ver, Sr. Presidente, o tamanho dos estados americanos. Basta ver a própria divisão geopolítica do mapa dos Estados Unidos da América do Norte. São mais de cinquenta Estados divididos por linhas retas, como se tivessem passado uma régua. Ficamos pensando que aquela divisão parece pouco afeita à população. Como devem ter sido propostas?

Mas, a exemplo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Presidente Roosevelt deu uma grande contribuição ao propor o New Deal, ao fortalecer as ações, ao investir o dinheiro público em regiões de alto potencial de desenvolvimento e provocar uma migração ordenada para uma melhor ocupação do território norte-americano.

Nós vivemos esse problema e ficamos discutindo de maneira empobrecida se o Estado tal vai aceitar ou não um presídio de segurança máxima ou em que Estado ficará preso uma das figuras brasileiras mais conhecidas atualmente, que é o traficante Fernandinho Beira-Mar. O problema passa a ser nacional, como se não tivéssemos mais nada a discutir. Este é o assunto que os Governadores discutirão com o Presidente da República: se o Exército permanecerá mais 30 dias no Rio de Janeiro e para que Estado será transferido alguém já condenado, que responde a outros processos, que deve estar num presídio de segurança máxima, longe de condições de oferecer mais risco à sociedade brasileira.

Ora, Sr. Presidente, se não substituirmos essa discussão pontual, transitória, assistiremos a essa cena repetida vezes. Hoje é o Fernandinho Beira-Mar; amanhã, será outro personagem; depois, não mais será a Governadora Rosinha Garotinho, mas outro Governador que dirá que não quer aquele preso, que não quer o presídio. Temos que substituir, como eu disse, esse debate empobrecido por um grande debate nacional sobre a reocupação do território brasileiro. Temos ferramentas importantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e como este projeto que quero propor ao Senado, Casa que tem o dever de representar os Estados brasileiros. Vamos abandonar o barrismo, vamos abrir uma nova discussão e propor, sim, a criação de novos Estados, novos territórios federais e o fortalecimento dos Municípios, em um grande projeto nacional, que permita, Sr. Presidente, o aproveitamento de nossas riquezas.

Este País é detentor de 27% da água doce e de 30% da biodiversidade de todo o Planeta. Se fôssemos especificar quantitativamente na área dos minérios, o Brasil possui as maiores reservas dos mais importantes insumos, minérios e riquezas, que estão espalhadas pelo território nacional. Mas nós ouvimos, ainda, brasileiros importantes dizendo: “É uma pena que as riquezas brasileiras estejam dispostas de maneira diferente do que o Brasil necessitaria” ou “Que pena que o grande manancial de águas doces e a biodiversidade estejam lá tão longe do verdadeiro Brasil.” Costumo dizer que permanecemos ainda um País que já foi dividido antes de ser descoberto, o Brasil

das Tordesilhas, que nós insistimos em repetir. A disposição da nossa população, ainda, respeita à distribuição feita desde as Capitânicas Hereditárias. Precisamos mudar o mapa do Brasil. Se não mudarmos, não discutiremos profundamente essa questão, ficaremos discutindo para onde será transferido o elemento perigoso do momento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao eminente representante do Estado de São Paulo, o grande Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a faz um importante pronunciamento sobre a prioridade maior que devemos ter hoje, no Brasil, diante dos problemas que crescem nas grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, e no Norte e Nordeste. V. Ex^a fala da necessidade de estabelecer como prioridade nacional essa questão, lembrando o exemplo do Presidente Juscelino Kubitschek, que, nos anos 50, resolveu construir esta Capital e, para tal, dedicou extraordinária energia. Faz V. Ex^a um paralelo com a criação do Estado do Tocantins. Sou, inclusive, testemunha porque era Deputado Federal de 1983 a 1987, quando seu pai, o hoje Governador Siqueira Campos, ali batalhava pela criação do Estado do Tocantins e usava a tribuna quase que diariamente – ou semanalmente, com certeza – para defender sua tese. V. Ex^a traça um paralelo entre a construção de Brasília e seus efeitos para o Brasil e a construção de Palmas e seus efeitos para o Estado de Tocantins. Em verdade, se há um exemplo importante que devemos ter sempre em mente é que, em 1955, o então candidato Juscelino Kubitschek, durante toda a sua campanha, dizia que iria transferir a capital do Rio de Janeiro para o Centro – Oeste. Dizia também que seria possível construir esta capital em apenas cinco anos do seu mandato – o que acabou fazendo. Eu tinha 14 anos quando ouvi a proclamação de vitória de Juscelino Kubitschek para o cargo de Presidente do Brasil, em 1955; e, em 1960, ele inaugurou Brasília. Eu tinha 19 anos, fiquei bastante entusiasmado e resolvi assistir à inauguração da cidade – que deixou em mim uma marca muito forte. Considero a determinação do Presidente Juscelino e a realização do seu projeto um exemplo de que, quando um povo resolve efetivamente canalizar recursos para um objetivo, isso é possível. Há um objetivo maior, que foi expresso pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante sua campa-

nha – talvez maior do que aquele propugnado por Juscelino Kubitschek nos anos 50: acabar com a fome no Brasil, erradicar a miséria e melhorar a distribuição da renda. É com essa energia e com esse propósito, principalmente, que Lula foi reconhecido pelo povo brasileiro e que teve enorme repercussão internacional. É essa força maior que move o apoio de tantos segmentos da população, no sentido de ajudar o Presidente Lula a erradicar a fome e a miséria em nosso País. V. Ex^a chama a atenção para fatos que estão ocorrendo, inclusive no que diz respeito à violência, em nossas cidades. Precisamos estar atentos porque, se não fizermos algo rapidamente, o próprio movimento social agirá de uma maneira desordenada, de uma maneira que será difícil controlar e que acabará impondo condições a quaisquer governos: os municipais, os estaduais e o federal. Haverá dificuldades crescentes. Eis por que se faz necessário mais e mais o empenho do Poder Executivo e do Congresso Nacional para construirmos os instrumentos que poderão resgatar o direito à vida com dignidade para todos os brasileiros. Portanto, este é o grande desafio que hoje temos pela frente. Considero importante a disposição de V. Ex^a – inclusive como Senador de um Partido que hoje está na Oposição – de se considerar aliado do Presidente Lula e de querer colaborar na busca de soluções para se construir um País mais justo. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço-lhe o aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy, que incorporo ao meu pronunciamento.

Quero dizer, Senador Eduardo Suplicy, que vou além. Todos os partidos têm as suas discussões internas e os seus confrontos. Há algumas posições, dentro de certos partidos, que irritam, às vezes, a direção partidária.

Entendo bem o que é o partido como mecanismo de discussão dos problemas da sociedade e o que ele significa como situação no poder. Eu diria que não agrado a muitos setores do meu Partido, quando digo que vou votar favoravelmente a todas as reformas propostas pelo Governo Lula.

Quando reflito sobre a questão, por exemplo, da Previdência, creio que temos que encontrar uma fórmula mágica para discutir. Não se trata apenas de uma reforma. Só acredito em algo como a nova Previdência do Brasil. E, quando se discutem direitos adquiridos, pergunto-me, Senador Eduardo Suplicy, se a sociedade brasileira não está transmitindo um direito ao analfabetismo, ao abandono, à pobreza, à miséria e à fome a milhares de brasileiros. Ou seja, para não nos confrontarmos com os direitos adquiridos de

uma pequenina parcela, que não aceita a redução dos seus salários de R\$10 mil, de R\$12 mil, para R\$4 mil, temos que aceitar que milhares de brasileiros continuem passando fome, continuem freqüentando escolas de baixa qualidade e continuem com os seus filhos sem nenhuma chance de superar ou de fazer a transposição da barreira da miséria, de uma condição de vida indigna, num território tão rico.

É por isso, Senador Eduardo Suplicy, que tenho dito que vou votar as reformas. Todos juramos cumprir a Constituição brasileira, mas, quando estivermos diante da questão dos direitos adquiridos, quero trazer a esta Casa a reflexão e a discussão sobre qual é o direito que temos como Senadores da República, enquanto representantes da nossa população, de manter privilégios para uma pequena minoria, enquanto milhares de pessoas não têm representantes, não têm quem fale por eles. Essas pessoas são rostos desconhecidos, cujos sobrenomes jamais serão mencionados, e permanecerão vagando cegas pelo Continente, como disse Chico Buarque de Holanda em uma de suas composições de nome “Vai Passar.” Espero que essa situação passe mesmo.

Lutei, Senador Eduardo Suplicy – disse isso ontem, desta tribuna -, até as 18h do dia 05 ou 06 de outubro passado, o dia da eleição, pela candidatura de José Serra. Acredito naquele brasileiro. Cumpi o meu dever partidário e a minha obrigação de cidadão. Votei nele e trabalhei pela sua eleição. Mas respeito profundamente e entendo a decisão tomada pela população brasileira. A população precisava mudar mais um pouco, precisávamos transpor a barreira de vermos o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva quatro vezes candidato a Presidente da República. E a dona de casa nos perguntava: “Por que não dão a este homem uma chance?”

É o que eu disse ontem, Senador Suplicy, a chance está dada. E Sua Excelência disse aqui, no plenário da Câmara dos Deputados no dia da sua posse: “Não vou perder esta chance, não vou perder esta oportunidade”.

Acredito nisso. Entendo que há em Sua Excelência o desejo da mudança. Tenho as minhas obrigações partidárias, que, certamente, não estarão em confronto com as minhas convicções pessoais, de respeitar a eleição de um brasileiro vindo das categorias mais humildes.

Aproveito para dizer, Senador Eduardo Suplicy, que o então Governador Eduardo Siqueira Campos, hoje ex-Governador Siqueira Campos, me relatou o seguinte fato, em certa oportunidade, quando eu ouvia alguns adversários se dirigirem a ele como “este

analfabeto". A população sempre se divertiu muito com isso, e perguntei ao meu pai: "Pai, finalmente, qual é o seu grau de escolaridade, qual a escola que você frequentou, qual o grau que você conseguiu atingir"? Ele respondeu: "Meu filho, eu tive uma única oportunidade de ir à escola; uma única vez, me arranjaram uma vaga, mas, quando cheguei na porta da escola, percebi que todos estavam calçados, e eu estava descalço. Não tive coragem de entrar, voltei e não frequentei escola nenhuma".

Portanto, hoje, vejo chegar à Presidência da República um cidadão cujo grau de escolaridade muitos questionaram.

Tive a oportunidade, como Prefeito de Palmas, em 1994, de receber o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva e de participar de um grande debate no Ginásio Ayrton Senna, com cinco mil pessoas, onde eu disse: É minha obrigação, como Prefeito, ainda que não seja o meu candidato, receber V. Ex^a na nossa cidade, desejar-lhe sucesso na sua empreitada e parabenizá-lo por ter pego aquele ônibus e ter ido discutir pelo Brasil inteiro.

Isso, certamente, contribuiu muito para a formação do hoje Presidente da República.

Senti-me orgulhoso, como brasileiro, de ver um cidadão simples, humilde, vindo das regiões mais pobres do País, assumir a Presidência da República. Então, como é que eu posso usar um mandato que o povo me conferiu para ser obstáculo de qualquer natureza para esse homem, para esse Presidente, para esse Partido? Não, Senador Eduardo Suplicy, não vou ficar preso às questões dos discursos, daquilo que pode ser considerado incoerência. Prefiro entender a coerência nacional e a veemência, por exemplo, utilizada na tribuna, ontem, pelo Senador Pedro Simon.

Precisamos resgatar a juventude, os valores morais, discutir a televisão brasileira, a nossa sociedade, a Previdência, mudar este País. Precisamos mudar.

Eu diria que muitos letrados não conseguiram dar aos seus Estados o perfil de austeridade que tivemos no Tocantins, o que nos ensinou bases para o grande crescimento de um Estado que pode ser considerado modelo. E digo isso com toda modéstia, mas com orgulho por ser do Estado de Tocantins e entender que temos a oportunidade de fazer isso em outras Regiões do País.

Não estarei preso a nenhuma questão e, se necessário for, ficarei sem Partido, mas da tribuna desta Casa vou votar todas as medidas, todas as reformas

propostas. Não é possível que cheguemos ao ano que vem dizendo: "Precisamos votar as reformas!" Se há vontade política por parte do Presidente da República, que saiba Sua Excelência que temos a disposição política de votar essas reformas. Então, vamos a elas, vamos a esse debate, mas vamos mais, vamos enriquecê-lo e propor uma grande discussão nacional acerca da redivisão territorial e da redistribuição da população em nosso território.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concedo o aparte ao eminente Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, eu fico profundamente admirado e muito satisfeito com o pronunciamento de V. Ex^a. Está na hora de um líder da Oposição, da sua importância, assumir a posição que V. Ex^a está assumindo. V. Ex^a está sendo de uma felicidade a toda prova. V. Ex^a está demonstrando o seu pensamento: é um homem que apoiou a candidatura do Serra e que lutou por ela até o último minuto, mas que, agora, está olhando para o Brasil. V. Ex^a é Oposição, não é do Governo, mas diz muito bem: na hora dramática e tremendamente difícil que estamos vivendo, pegar as filigranas, o discurso do Lula, do PT, de A ou de B e mostrar a diferença entre o que eles disseram ontem e o que estão dizendo hoje é fácil. Talvez até seja positivo, mas não é o ideal. É claro que todos sabemos que o PT está pagando um preço. O Partido foi uma Oposição dura, amarga, que bateu até onde não deveria, com tanta força, e, agora, está vendo como ser Governo é muito mais difícil do que ser Oposição. Então, nós, Parlamentares, a cada dia podemos pegar o discurso de um líder do PT e cobrar-lhe que, hoje, está cento e oitenta graus diferente do que era, mas acho que não é por aí. Está certo até que se faça um pronunciamento, que se façam dois pronunciamentos, mas querer seguir a linha da Oposição sem cobrar as suas incoerências não me parece, como disse muito bem V. Ex^a, o caminho ideal. V. Ex^a tem toda a razão. V. Ex^a lembra a figura de seu pai, um homem que tem respeito e credibilidade. Eu não sabia a sua origem, pensei que era um homem letrado, dos mais ilustres, pelas suas posições. No entanto, a escola da vida, que fez com que chegasse onde chegou, é uma demonstração de que, muitas vezes, os que palmilham pela vida conseguem muito mais capacidade, muito mais competência para gerir a coisa pública do que um doutor formado em Harvard ou coisa que o valha. V. Ex^a, talvez por sentir essa realidade em casa, dá o devido valor ao fato de

Lula ter chegado à Presidência da República e ao de que devemos ajudá-lo. Temos obrigação de ajudá-lo, porque estamos ajudando o nosso País, que está gastando – vejo no jornal do dia – meio bilhão de reais por dia com o pagamento de juros. Para sairmos dessa situação, temos que nos dar as mãos. Quem é Oposição hoje e foi Governo ontem é, em parte, responsável por essa realidade. E quem é Governo hoje, quando se elegeu sabia que ia enfrentar essa situação, já era sabido que o País estava assim. Então, quem fez a dívida não tem autoridade e quem se elegeu sabendo que teria que enfrentar essa dívida também não tem autoridade para atirar pedras. Portanto, podíamos todos somar-nos para encontrar uma forma, para encontrar o entendimento acerca de uma maneira para sairmos dessa situação. E o discurso de V. Ex^a, neste ano, neste início de novo Senado, é o mais competente e mais importante a que esta Casa assistiu, pois se trata do pronunciamento de um ilustre Líder, que tem autoridade, que representa um Partido de Oposição e que, no entanto, vem nos dar uma linha de orientação. Queira Deus que os nossos Colegas o sigam, porque V. Ex^a está no caminho certo. Meus melhores votos de felicidades ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Pedro Simon, agradeço ouvir de V. Ex^a esse reconhecimento, que é, para mim, um grande incentivo.

O SR. PRESIDENTE (Olivir Gabardo) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a tem mais dois minutos para encerrar o seu pronunciamento. Alerto V. Ex^a pelo fato de haver ultrapassado o prazo regimental.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Sr. Presidente, agradeço a benevolência e a paciência de V. Ex^a, bem como os apartes que, sem dúvida nenhuma, incentivaram-me, talvez até de forma desatenta, a ultrapassar tanto o tempo que me foi destinado pela Mesa.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento na esperança de que realmente seja esta a postura do meu Partido e de que estejamos todos juntos para as reformas. Não me considero nem de esquerda nem de direita, sou um reformador. Creio que devemos partir para as reformas, pois para este caso e para outras boas causas não teremos barreiras partidárias. Temos, sim, um enorme Brasil para ver dar certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Olivir Gabardo.

O SR. PRESIDENTE (Olivir Gabardo) – Eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, desejo pessoalmente agradecer, mais uma vez, as expressões carinhosas de V. Ex^a para com este Senador. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero fazer referência à decisão anunciada, ontem, pelo Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, Senador Juvêncio da Fonseca, de convocar o Conselho de Ética para uma reunião, na próxima quarta-feira, diante das observações que aqui foram feitas, ontem, pela Senadora Heloisa Helena, por mim próprio e, também, pela solicitação que fizemos à Mesa no sentido de que o Conselho de Ética possa ser constituído o quanto antes. Conforme o que o Senador Eduardo Siqueira Campos esclareceu ontem, na Presidência, isso significa que até a próxima terça-feira serão designados os membros do Conselho de Ética pelas Lideranças dos Partidos. Pelo que compreendo do Regimento Interno, esses nomes deverão ser votados na reunião de terça-feira próxima e, na quarta-feira, constituído o Conselho, o mesmo se reunirá.

Segundo o que expressou a imprensa, o Senador Juvêncio da Fonseca terá a oportunidade de, nessa quarta-feira, relatar o que foi objeto de apuração, até o presente momento, pela Polícia Federal sobre a gravação de telefonemas realizada pelo Governo do Estado da Bahia, pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, que teria sido feita por ordem judicial, mas com critérios totalmente inadequados. Inclusive, segundo todos os indícios, obedecendo a indicações de pessoas. E justamente o que se está para averiguar é se houve ou não o envolvimento de um Senador da República, no caso, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Foi para se fazer essa averiguação que os 14 Senadores do Partido dos Trabalhadores apresentaram originalmente um requerimento. E dada a situação criada pelo Senador Juvêncio da Fonseca, ao encaminhar ao Presidente José Sarney, que simplesmente disse “ciente”, foi que os Senadores ontem

presentes apresentamos um requerimento, assinado inclusive pelos Senadores Pedro Simon e Jefferson Péres, para solicitar ao Conselho de Ética as providências que agora foram anunciadas pelo Presidente Juvêncio da Fonseca. Acredito que esse seja o caminho normal, regimental e constitucional e constituirá obrigação do Senado Federal realizar esse trabalho.

Sr. Presidente, o Presidente Uribe, da Colômbia, encontra-se hoje em Brasília. Haverá, no Itamaraty, um encontro do Presidente Lula com o Presidente Uribe, além dos encontros que estão ocorrendo no próprio Palácio do Planalto, e, nessa ocasião, os Presidentes dos dois países certamente discutirão os esforços de paz no mundo, inclusive os esforços de paz na própria América e no país vizinho, a Colômbia, que há algumas décadas vem enfrentando uma verdadeira guerra civil, a luta de guerrilhas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc. Tem o governo colombiano tido o propósito de solicitar aos governos vizinhos apoio para os procedimentos tomados para resolver o problema.

Mas se na Colômbia temos visto procedimentos de verdadeira insurgência civil, a luta das guerrilhas, o domínio de diversas áreas do país por guerrilheiros, alguns dos quais ligados ao narcotráfico, o que observamos no Brasil é que a situação está cada vez mais difícil. Apesar dos esforços anunciados pelo Presidente Lula para transformar esta Nação, para todos poderem partilhar da sua riqueza, poderem se alimentar com adequação, com a devida quantidade e qualidade de alimentos, ainda que se queira que todas as crianças tenham oportunidade de ir à escola o quanto antes, o que verificamos é que a velocidade das mudanças terá que ser muito maior, pois seja na cidade do Rio de Janeiro, seja em São Paulo ou no interior dos mais diversos Estados, há uma verdadeira erupção social, decorrente de problemas deixados por tanto tempo – por décadas, por séculos – sem solução.

A urgência da transformação é de tal ordem que não podemos esperar mais. É preciso um esforço extraordinário. E, para tanto, faz-se necessário que inclusive as reformas da previdenciária e fiscal sejam feitas com bastante urgência, com a perspectiva de resolver o problema social brasileiro: o problema da falta de equidade, da desigualdade tão intensa, que torna o País um dos mais desiguais do mundo. Se há um ponto de contato entre a Colômbia e o Brasil no que diz respeito a essa problemática é justamente a não-resolução dos problemas sociais.

Na Colômbia desenvolveu-se uma guerra de guerrilhas de enorme gravidade. No Brasil, a situação

está evoluindo para um nível de gravidade semelhante. Hoje, no Rio de Janeiro, com governos dos mais diversos partidos, como o de Anthony Garotinho, o de Benedita da Silva e, agora, o da Sr^a Rosinha Garotinho, e com prefeituras como a de César Maia – portanto, com o PFL na prefeitura, o PSB no Governo estadual e o PT no Governo Federal –, observamos a problemática crescente de uma verdadeira guerra civil urbana que, a cada dia, apresenta cenas que fazem lembrar o que está ocorrendo no Oriente Médio. São tiroteios, explosões, são bombas que são jogadas aqui e acolá, causando intranquilidade tanto nos bairros populares, as favelas do Rio de Janeiro, quanto nas áreas de maior poder aquisitivo. Os próprios bairros de Ipanema, Botafogo, Copacabana e outros acabam sendo objeto dos tiroteios que, por vezes, caracterizam a vida no Morro do Alemão, na Cidade de Deus, na Rocinha ou em outros lugares.

Faz-se necessária uma solução em profundidade, que abranja desde os rincões de Guaribas e Acauã, no Piauí, até as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Há que se ter uma perspectiva que envolva não apenas o Brasil mas a América do Sul. Por isso, a importância do encontro entre o Presidente Lula e o Presidente Uribe, da Colômbia. Acredito que ambos trocarão idéias sobre como resolver o problema. Certamente, o Presidente Lula, hoje, tem o propósito de, por formas democráticas, resolver a questão agrária. Sua Excelência expressou que utilizaria formas democráticas e pacíficas para realizar a reforma agrária, e se encontra agora sob pressão do MST, com as suas diversas ações, como realizar acampamentos, seja na Praça dos Três Poderes, onde estão reunidas centenas de mulheres para, amanhã, comemorarem o Dia Internacional da Mulher, com a perspectiva de também demandarem ao Governo Federal maior pressão na realização da reforma agrária, seja nas diversas ocupações que estão sendo realizadas nos vários Estados brasileiros – algumas inteiramente pacíficas, ordenadas; outras, com abusos, os quais não recomendo ao MST, como as depredações na sede do Incra em Goiânia.

À medida que as manifestações aconteçam pacífica e respeitosamente, é natural que esteja o Governo com disposição de sentar-se à mesa com os representantes dos trabalhadores rurais sem terra, para dialogar sobre como acelerar os processos de desapropriação de áreas consideradas latifúndios improdutivos e, rapidamente, realizar os assentamentos. Para isso, se faz necessária maior velocidade nas ações, pois, de outra maneira, veremos o agravamento dos problemas.

Da mesma forma, é preciso que, por ocasião da reunião entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Congresso Nacional e o Poder Executivo, para o exame das medidas que serão tomadas quanto às reformas fiscal, tributária e previdenciária, pensemos nos instrumentos que garantirão o direito à vida com dignidade e numa forma de se estabelecer um sistema tributário e previdenciário compatível com o crescimento dinâmico da economia, com o objetivo de fazê-la crescer rapidamente, atingindo, ao mesmo tempo, a meta da equidade, da melhor distribuição da renda.

No aparte feito a V. Ex^a, observei que o Presidente Lula conseguiu extraordinário apoio ao seu objetivo de erradicar a fome e melhorar a distribuição da renda. É preciso dar vazão à forma de atingir esse objetivo com muita clareza. O programa Fome Zero ainda precisa ser objeto de melhor exame. E há que se considerar que o Congresso Nacional ainda está lento quanto ao debate sobre esse assunto.

Assinalo que foi por meio de medida provisória que o Presidente Lula, no último dia 27, começou a dar forma de lei ao programa Fome Zero, com a constituição dos critérios relativos ao cartão alimentação. Notei, agora, no boletim da Secretaria da Mesa sobre essa medida provisória, que o prazo para eventuais emendas esgotou-se ontem. A medida provisória foi editada na véspera do Carnaval, e os sete dias de prazo ocorreram exatamente durante aquele feriado. Não houve a reunião da Comissão Mista designada para apreciar essa proposição, que tramitou, nos seus sete primeiros dias, durante a semana de Carnaval, e, que eu saiba, não houve apresentação de emendas para discussão e aperfeiçoamento dessa primeira medida relativa ao cartão alimentação, por mim, ontem, comentada aqui. Mas, obviamente, ainda poderá haver algum aperfeiçoamento dessa medida provisória, sobretudo mediante o que for proposto pelo Relator designado para o exame dessa matéria, quando de sua tramitação, que já se iniciou no Congresso Nacional.

Gostaria de assinalar, Sr. Presidente, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem uma oportunidade de ímpar de caminhar na direção de resolver da melhor forma o problema a que me referi. Por ocasião das reformas tributária, trabalhista e previdenciária, teremos a oportunidade de instituir no Brasil o direito inalienável de todas as pessoas participarem da riqueza da Nação por meio de uma renda básica de cidadania. A perspectiva será tão mais completa e maior se considerarmos as áreas dos países limítrofes do Brasil e de toda a América do Sul. Daí a relevância de

o Presidente Lula dialogar a respeito desse tema com o Presidente da Colômbia, o Presidente Uribe.

Concluo, Sr. Presidente, com uma palavra a mais sobre os esforços de paz que Chefes de Estado em todo o mundo estão realizando – a partir da iniciativa do Papa João Paulo II de solicitar às pessoas em geral que jejuem –, para que se evite a guerra, que pode ser desencadeada nos próximos dias no Oriente Médio, diante das palavras do Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, que estão dispostos, segundo disseram ontem, a desencadear a guerra, ainda que possa haver veto de diversos componentes do Conselho de Segurança da ONU.

É importante ressaltar que os Governos da França, da Alemanha, da Rússia e da China expressaram que não desejam de maneira alguma que se inicie um esforço bélico contra o Iraque antes que se cumpram todos os detalhes, os prazos, o esforço de desarmamento do Iraque por meios que não sejam os da guerra.

Somo meu apelo ao do Senador Pedro Simon, realizado aqui ontem, para que, mais uma vez, apoiemos os esforços do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com os de outros Chefes de Estado, inclusive os da América Latina que têm assento no Conselho de Segurança da ONU, como o Presidente Ricardo Lagos, do Chile, e outros, para ali transmitirem a expressão dos povos da América Latina de que tudo precisa ser feito no sentido de persuadir os Governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e do próprio Iraque a chegarem a um entendimento, para que não haja a morte de milhares de pessoas, cujas vidas são preciosas. Não podemos fazer com que a humanidade passe, agora, por uma situação de barbárie totalmente injustificada.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Olivir Gabardo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, pelo prazo de até 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer o registro da perda de um grande homem público de meu Estado, Mizaél Silva, que faleceu na última quarta-feira. Foi Presidente da Assembléia Legislativa de meu Estado e ajudou a elaborar a Constituição de Rondô-

nia, um Estado jovem, com 22 anos. Professor, foi Secretário de Cultura e Turismo no meu Governo. Era, acima de tudo, um homem temente a Deus, crente, evangélico fervoroso. Gostaria de externar os nossos profundos sentimentos a sua família; que Deus a abençoe e, nesta hora tão difícil por que passa, dê-lhe força para superar tamanha dor.

Quero também, Sr. Presidente, fazer um apelo ao atual Governador do meu Estado, Sr. Ivo Cassol. No último governo, de José de Abreu Bianco, foram demitidos 10.400 servidores públicos do Estado – um ato impensado que deixou na rua da amargura não 10 mil, mas 50 mil pessoas; sonhos que foram castrados, porque faltavam poucos meses para que alguns se aposentassem e garantissem o futuro de suas famílias. Depois da injustiça cometida pelo governo anterior, muitos morreram nesses últimos três anos, por problemas de saúde e, com certeza, por falta de recursos financeiros, porque não tiveram mais seus salários; alguns até se suicidaram. O que sei é que, desses 10.400 pais e mães de família, já morreram mais de 100, e outros estão em situação deplorável, muito difícil.

Apelo, então, ao atual Governador Ivo Cassol, que já tem uma decisão judicial em última instância, para que se sensibilize com a dificuldade desses servidores demitidos e reintegre-os aos quadros. Já houve aqui um pronunciamento da minha colega, Senadora Fátima Cleide, do PT do meu Estado, nesse mesmo sentido, para que o Governador atenda a essa ordem judicial e reintegre esses servidores que estão precisando muito do salário para o sustento de suas famílias.

Sabemos que, de três anos para cá, depois dessas demissões, houve um incremento na arrecadação no Estado. O aumento na arrecadação do ICMS devido ao reajuste dos preços do combustível, o incremento na geração e distribuição de energia elétrica e na área da telefonia – cito apenas esses três pontos – foram o suficiente para quase dobrar a receita do Estado de Rondônia. Entendo que, se tivesse havido bom-senso, o governo anterior teria tido condições de não demitir os servidores, ou, depois da demissão, de reintegrá-los, tendo em vista esse aumento da arrecadação. Portanto, apelo ao Governador para que se sensibilize com a situação desses servidores e possa promover a sua reintegração.

Ademais, S. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado está precisando de professores, de médicos, categorias profissionais de muitos dos demitidos. Tanto é assim que, neste momento, encontra-se na Assembléia Legislativa uma mensagem do atual Go-

vernador no sentido de que se aprove a contratação de servidores em caráter emergencial. Ora, se o Estado está precisando de professores, devido ao aumento do número de alunos em sala de aula, e de outros servidores, por que não chamar de volta esses que foram demitidos?

Esse é o meu apelo ao atual Governador, para diminuir o sofrimento desses servidores. Embora não fossem altos – visto que um professor ganhava R\$700,00 ou R\$800,00 –, com certeza esses salários estão fazendo muita falta a essas famílias. Não se devem considerar apenas os 10.400 servidores. Multiplicando-se tal número por quatro ou cinco, de acordo com o total de membros de cada família, somam-se 50 mil pessoas, que, há três anos, vivem uma situação de extrema dificuldade em suas casas.

Era o que tinha para o momento, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, faço questão de endossar totalmente o pronunciamento de V. Ex^a, feito nesta manhã de sexta-feira. Talvez tenha sido o pronunciamento mais importante feito neste início de Legislatura por parte dos componentes da Bancada da Oposição.

É importante o que disse V. Ex^a. É importante entendermos que, conforme está no Eclesiaste, há momentos para tudo na vida. Assim, há momento para atirar pedra, para plantar, para colher, para rir e para chorar. Na vida, há situações as mais variadas. Um dia não é igual ao outro. Diz também o Eclesiaste que “a cada dia, sua agonia”.

Há, agora, um Parlamento novo, um Senado excepcional, com dois terços de jovens brilhantes, que aqui chegaram dispostos a lutar pelo que consideram ser o melhor para o Brasil. Nunca houve, na história do nosso País, uma transformação tão intensa: a saída de um governo neoliberal e a entrada de um governo de esquerda, o Governo de Lula.

Diga-se, de passagem, que é difícil a situação de Lula, porque, por mais que os santos o ajudem, por mais que faça o melhor em seu governo, não conseguirá chegar perto daquilo que o povo acha que ele pode fazer. Ele conseguiu criar um mito, uma expectativa, um ânimo novo na sociedade brasileira. Agora, todos ficam na expectativa de que o Lula vai resolver

tudo. Acho que o Lula tem condições imensas de resolver as dificuldades do País, não de definitivamente absorvê-las, mas encaminhar, colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Como disse o nosso querido Presidente, alguns Líderes da Oposição estão tomando discursos antigos de Líderes do PT e repetindo agora. Isso não está errado porque, na verdade, eles disseram. O PT, nos longos anos de Oposição, foi duro, foi radical e não contou com a possibilidade de um dia chegar ao governo. Há, então, na verdade, afirmativas duras, irresponsáveis por parte do PT. Fazer isso uma vez, fazer isso duas vezes, tudo bem. O Fernando Henrique também fez isso. Quando cobraram do ex-Presidente o fato de ter sido um homem de esquerda, com livros, obras publicadas, respeitado no mundo inteiro, e de repente ter dado uma guinada para centro-direita, ele disse: esqueçam o que eu escrevi, esqueçam o que eu escrevi! Os jornalistas diziam: olha esse seu discurso, esse seu livro, essa sua afirmativa, essa sua conferência, e ele respondia: eu era um intelectual, eu escrevia, e hoje sou Presidente da República. Esqueçam o que eu escrevi, porque estou interpretando a realidade do País que estou presidindo. O Presidente Lula não chegou a dizer “esqueçam o que eu disse”, nem acho que deva fazê-lo. O que quero afirmar – e aí felicito V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo discurso – é que temos que entender que a situação que vivemos não é serena, tranqüila, pacífica, uma situação de normalidade, onde as coisas estão indo muito bem, obrigado, onde o Tesouro vai bem, a economia vai bem, o desemprego está sob controle, a inflação também. Não. Estamos vivendo uma situação em que a Oposição tem que bater duro, uma situação dramática.

O **Correio Braziliense** de hoje traz esta “O Brasil gasta meio bilhão de reais de juros por dia”. Meio bilhão de reais de juros por dia paga o Brasil. Cá entre nós, quinhentos milhões por dia! Não sei como o Presidente Lula consegue dormir.

Vejam o que diz a notícia do **Correio Braziliense**:

Apenas em janeiro, os gastos com juros totalizaram R\$17,632 bilhões, praticamente o mesmo valor do rombo registrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no ano passado.

No mês de janeiro, o pagamento, o rombo da dívida externa foi o total do rombo do INSS do ano passado. Por dia, no mês de janeiro, incluindo sábados e domingos, o Governo pagou R\$568 milhões. Para entendermos o caminho que estamos percorrendo e o

que temos que fazer para sair dele, ouçam a notícia seguinte:

Em janeiro de 2002, último ano da administração Fernando Henrique Cardoso, as despesas com a dívida pública chegaram de R\$8,045 bilhões.

Um ano depois, em janeiro deste ano, foram R\$17 bilhões. Quer dizer, o que o Governo pagou de dívida pública em janeiro deste ano é o dobro do que pagou em janeiro do ano passado. No ano passado, o último ano da administração Fernando Henrique, a dívida pública aumentou R\$220,247 bilhões. Essa é a situação.

Estamos falando em resolver o problema da fome. As verbas destinadas ao extermínio da fome não se equivalem às verbas de meia dúzia de dias do pagamento da dívida externa. Verificamos que a dívida externa dobrou de janeiro do ano passado para janeiro deste ano.

É sobre esta situação, meu querido Presidente, que temos que refletir. Temos que analisar. Lembro que o Fernando Henrique, numa viagem à ONU, chamou a atenção para o fato de que deveríamos discutir os juros da dívida. Ele considerava um absurdo, achava que se tratava de uma imposição. Dizia que o mundo hoje é dominado pelo capital, que impõe, e que os juros que nos são impostos devem ser pagos. Pagamos 25% de juros, os Estados Unidos pagam 0,5%, o Japão paga 1% de juros, mas a organização internacional acha que é isso, e é isso.

Temos que ter competência para encontrar uma fórmula de sair desse drama, de encontrar uma solução.

Acho, meu querido Ministro da Fazenda, que está correto. Todos acham que se deve ter cuidado porque, se sacudir, a economia pode ir para situações imprevisíveis. O mérito do Ministro é dizer que as coisas estão indo, estão caminhando. Mas que alguma coisa deve ser feita, deve ser feita. Não sei se seria um plano B, não sei se há um plano B, não participo dos debates dos homens do Governo, mas, claro, algo deve ser feito, e, para isso, é fundamental que o Congresso tenha capacidade.

Estão falando em tantas comissões, Sr. Presidente! Falam de uma comissão da reforma tributária, comissão previdenciária, comissão da reforma política na Câmara dos Deputados. Acho que podemos estudar a perspectiva de que as lideranças da Câmara e do Senado se constituam numa comissão para, junto ao Presidente, junto à sociedade brasileira, encontrar fórmulas reais e concretas para respondermos a esse desafio, não para os jornais, na tribuna, não no

bate-boca, não no acusar, mas em ações concretas. Pouco adianta o PT reclamar de ter recebido o País na situação em que está e culpar o Sr. Fernando Henrique por ter deixado assim; pouco adianta também o PSDB e o PFL dizerem que o PT sabia qual era a situação e mesmo assim a aceitou; pouco adianta perguntarem o que o PT está fazendo ou o que vai fazer para mudar, alegando que não sabem a que veio o PT, que ainda não se pronunciou a esse respeito. Não é por aí. Devemos nos sentar, botar os pratos na mesa e buscar uma fórmula, um entendimento. Acho isso absolutamente necessário.

Acho que o PT tem a obrigação de buscar o apoio, o incentivo e a colaboração de todos. A vitória não foi do PT; a vitória foi do Lula. Eu diria que a vitória foi do Lula pelo que ele representa. O Lula encarnou para o brasileiro o seu sonho, a sua idéia, a expectativa de um Brasil de paz e de amor, onde os mais humildes tenham vez e tenham voz. Colocaram na Presidência da República um homem que não tem título, que não tem universidade, um líder sindical – mas que tem biografia. Com isso, o povo brasileiro quis demonstrar: chega das velhas oligarquias, chega das velhas fórmulas e dos velhos preconceitos. Vamos buscar o objetivo concreto e real de dar prioridade ao que é prioritário – comida para quem tem fome, colégio para quem não o tem. Vamos dar educação e saúde. Vamos cuidar das questões básicas e essenciais do nosso povo e da nossa gente. Foi nisso que o povo votou! Terminar com a corrupção, com a imoralidade e com o escândalo da impunidade, em que a corrupção se repete e se multiplica, e não acontece absolutamente nada com ninguém que tenha dinheiro, poder e condições de contratar um bom advogado.

Mas, se foi essa a escolha do povo, não é fácil transformá-la em realidade.

Quando vemos os graus da corrupção no Brasil quase atingirem o infinito e as tentativas de mudança, sinceramente eu me angustio, porque eu mesmo não teria condições de dizer: “este é o caminho”. No entanto, alguma coisa tem de ser feita. E isso deverá ser feito com a Oposição sentando-se à mesa com o Governo para encontrar as fórmulas.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar, porque daqui a pouco o Conselho de Segurança da ONU estará reunido. Hoje, sexta-feira, o mundo inteiro se volta às Nações Unidas, em Nova Iorque, porque logo à tarde o Conselho de Segurança se reúne para ouvir o relatório do Chefe dos Inspectores da ONU, que, pelo que se sabe, vai dizer que o Iraque e o seu governo contribuíram para pacificar, destruindo os mísseis de mais de 150 quilômetros de alcance, con-

forme solicitação da ONU, e que, na verdade, entendem que não há razão para o ataque.

Por outro lado, nações como França, Alemanha, principalmente França, Rússia e China, que têm direito a veto, já se manifestaram contrárias ao ataque, afirmando que, se for o caso, vetarão a matéria.

É doloroso ver a resposta de Bush à pergunta sobre a possibilidade de o Conselho de Segurança vetar a ofensiva: “Não estou preocupado. Quando nossa segurança está em jogo, não precisamos da permissão de ninguém, se for preciso atacar” – disse ele, acrescentando que a questão deverá ser resolvida nos próximos dias.

Diz o Sr. Bush que ele não precisa da concordância de ninguém. Diz o Sr. Bush que não tem nenhuma preocupação com a decisão da ONU. Se ele achar que os interesses dos Estados Unidos estão em jogo, ele vai para o ataque, independente do resultado.

Isso é o fim da ONU. Isso é o fim da paz mundial. Isso é a oficialização do poder da força. Isso é o início do término da Liga das Nações.

Eu não sei se o Sr. Bush vai até onde disse que vai. A verdade é que 320 mil soldados estão ali no Golfo, o maior poderio já preparado desde a Guerra Fria até hoje. Eu nunca tinha visto um massacre anunciado. Serão não sei quantas mil bombas nas primeiras 48 horas, para fazer o efeito de derrota imediata.

Milhões poderão morrer. Milhões poderão ficar desabrigados. Milhões poderão ficar sem absolutamente nenhuma chance de sobreviver.

E o Sr. Bush está criando nos Estados Unidos um ambiente há muito tempo não existente. Artistas e intelectuais estão dizendo que está nascendo nos Estados Unidos hoje um novo marcatismo, movimento que, na época, combatendo o comunismo, acusava intelectuais, artistas e homens de letras de serem comunistas e inimigos. Essas pessoas eram atacadas e presas, e algumas delas tiveram de fugir dos Estados Unidos, largando a sua profissão, liquidando suas vidas. Recentemente, um artista que desempenha o papel do presidente num seriado já foi advertido pela estação de televisão de que talvez tenha de largar seu trabalho porque está combatendo muito a guerra.

Há muito tempo não se via um ambiente de terror e de medo interno nos Estados Unidos com relação à sua própria gente.

Hoje, começa a decisão da ONU. É doloroso ver o papel vexatório dos Estados Unidos, querendo comprar o voto e a consciência das nações que ainda não se decidiram. Apareceu na televisão o presidente

mexicano com todas as letras afirmar que, apesar de os Estados Unidos serem o seu maior aliado comercial – praticamente o que eles produzem eles vendem para os Estados Unidos –, era contra a guerra. Agora, alguns emissários foram lá, e ele já está falando com uma voz mais macia.

O presidente do Chile, que faz parte também do Conselho de Segurança, já se manifestou abertamente contra a guerra, mas o Chile está recebendo promessas, vantagens, favores e não se sabe como será o seu voto.

Tivemos conhecimento de que o serviço de inteligência espionou as casas e os embaixadores dos países do Conselho de Segurança, e o serviço de inteligência americano reconhece que fez isso exatamente para conhecer o pensamento e poder influenciar na mudança de posição desses países.

Olha, Sr. Presidente, não me lembro de ter visto uma situação como esta. O americano não tem um passado de muito amor à democracia, embora tenham uma grande democracia interna. O Brasil do regime militar sabe o que os americanos fazem; o Chile, na hora em que derrubaram e mataram o Allende, também sabe o que os americanos fazem, assim como a Argentina, Uruguai, o Canal do Panamá; o mundo inteiro conhece a forma arbitrária e violenta de agir dos americanos, mas nunca como hoje. Eles nunca levaram tanto no deboche e na ironia a opinião pública mundial e tanto na convicção de que devem ir à guerra.

Pode-se dizer que o senhor ditador do Iraque é um homem que tem a repulsa da humanidade, mas dizer que o Iraque coloca em risco os Estados Unidos é algo que ninguém leva a sério, é algo ridículo. Sobre a Coreia do Norte, que tem a bomba atômica e diz que, se for o caso, pode dirigi-la aos Estados Unidos, o americano não quer nem conversa. Quanto ao Iraque, que tem petróleo, dizem que vão derrubar Saddam Hussein e substituí-lo por um general americano. E dizem mais: dizem que aqueles que concordarem com a posição americana e ajudarem a derrubar o presidente do Iraque vão ter vantagens, vão ser contemplados na hora da distribuição das vantagens decorrentes do poderio fantástico representado pelo petróleo – petróleo que pretendem fazer passar às mãos americanas. Dizer isso com todas as letras – “quem nos ajuda agora terá compensação depois” –, como disse o secretário de Estado americano, é demais.

O nosso Papa pede jejum mundial. As lideranças do mundo inteiro têm uma só posição. Mesmo nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Espanha, cujos governos apóiam a guerra, é impressionante o movi-

mento popular contrário a um confronto bélico. Fazia muito tempo que a humanidade não se manifestava, de forma tão veemente e unânime, como está acontecendo agora.

O Conselho vai se reunir daqui a algumas horas, Sr. Presidente. Todos nós estaremos com o nosso sentimento voltado para a ONU. Queira Deus que o bem prevaleça. Queira Deus que as tradições de honra, de luta e de glória do povo americano, com tantas páginas extraordinárias na história da humanidade, façam com que eles recuem na última hora ou, se não recuarem, que respeitem a decisão que será tomada e que aceitem a paz que o mundo deseja.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a, mais uma vez, assume a tribuna para abordar um tema de extrema importância não apenas para o Brasil mas para o mundo, para a humanidade. Uma guerra, com certeza absoluta, deixará atrás de si um rastro de destruição, uma pena que toda a humanidade vai pagar um pouco. Como disse V. Ex^a, não há racionalidade que justifiquem a guerra. Uma comissão de inspeção da ONU leva a cabo a verificação quanto à existência ou não de armas de destruição em massa no Iraque. Essa comissão trabalha em nome de todos nós, seres vivos, porque quer preservar a vida. O Presidente Bush, porém, ainda não entendeu que a sobrevivência da espécie humana deve ocorrer como um todo, sob pena de desaparecermos da face da terra quando os botões das bombas atômicas forem acionados – temos um potencial de destruir centenas de vezes a Terra. Dizem que essa guerra é pontual, é específica, é milimétrica, mas sabemos que tudo isso é propaganda de guerra. Dizem que ela é eficiente, no sentido de que atingirá apenas os objetivos previamente escolhidos, mas isso não é verdade. Também sabemos que uma guerra tem dia para começar, mas não tem dia para acabar e pode envolver mais de uma nação. Enfim, a hecatombe atômica é uma ameaça perene. Se o homem hoje existe não é apenas porque nasceu, é porque ele decidiu subsistir. Estamos diante de uma situação concreta: o poderio de uma potência como a norte-americana ameaça o mundo. Na verdade, não são as armas de destruição em massa que estão em jogo: o que está em jogo é o petróleo. Esse objetivo já foi desmascarado e os titulares da tragédia já vieram à tona para dizer com todas as letras: “Vamos dividir a exploração do petróleo, vamos explorar 6 milhões de

barris por dia”. Ora, aonde chegamos! Onde está o princípio da autodeterminação? Onde está o princípio de respeito à soberania dos povos? Tudo isso foi por água abaixo. E V. Ex^a destacou um ponto importantíssimo: a democracia ocidental que era referência para todos os povos, hoje, está esfaqueada, pratica a tortura deslavada, descarada e brutal que nos faz lembrar quadros da Idade Média. Quem leu um pouco sobre a tortura daquele tempo poderá ficar horrorizado com o que se praticava: não deixavam as pessoas dormirem, à beira do sono eram acordadas para confessar alguma coisa, confessar o que não sabiam, confessar o que não praticaram.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Talvez seja bom esclarecer para as pessoas que estão assistindo a que V. Ex^a está se referindo. Um representante da ONU, um brasileiro, foi ao Presidente Bush mostrar-lhe as denúncias que lhe chegaram: depois da decisão americana de criar um órgão de defesa interna, foram presas cerca de 800 pessoas sob o pretexto de serem elas inimigas dos americanos e essas pessoas passam dia e noite sem dormir, são torturadas sem nenhum direito a defesa nem a coisa nenhuma. É algo inédito. Isso está acontecendo lá nos Estados Unidos.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – É exatamente isso, nobre Senador. V. Ex^a denuncia esse fato. Sei que é uma denúncia solitária feita dessa tribuna, mas hoje – não há dúvida – a comunicação em tempo real torna o mundo inteiro solidário. Mais uma vez se manifesta a solidariedade da espécie humana, nós todos estamos preocupados com o destino da humanidade. Será que esse guerreiro inveterado e irascível deve conduzir o destino da humanidade, de todos nós, colocando em risco a vida sobre a terra? É essa a pergunta que tem que ser feita. Temos que chamar os filósofos para dar à humanidade um novo caminho – o caminho da paz, da felicidade e da justiça social, algo que as encíclicas papais destacaram com muita sabedoria e profundidade. Será que temos que retomar esses temas essenciais do respeito ao próximo? É evidente que, se Saddam Hussein representasse um perigo iminente à sobrevivência da terra, deveríamos ter uma preocupação real. Essa preocupação tomou corpo e se manifesta sob a forma de uma comissão que investiga todo o arsenal de guerra do Iraque. Ora, eu me solidarizo e faço coro com as palavras de V. Ex^a. Por certo a sua voz, hoje solitária na tribuna, não representa apenas o pensamento de V. Ex^a, mas a voz da humanidade, angustiada com algo que coloca em risco a nossa sobrevivência, o nosso destino, enfim, o caminho em busca da realização da paz, da

concordia, da justiça social e da sobrevivência como um todo, porque não podemos pensar que existem ilhas de prosperidade em meio a um mar de misérias: ou sobreviveremos todos, como espécie, ou sucumbiremos. O apelo de V. Ex^a encontra, mais uma vez, eco em todos nós – as multidões que vêm às ruas, às praças públicas e manifestam um repúdio eloquente contra essa insídia guerreira da potência americana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço profundamente e encerro o meu pronunciamento com o aparte de V. Ex^a, que foi oportuno, feliz, concreto e real. V. Ex^a tem toda razão: é a humanidade que está em jogo.

Aliás, eu dizia outro dia, hoje a preponderância americana é muito grande, o poderio é total. A Rússia não tem nenhum significado; a China, tampouco; a Alemanha... Do ponto de vista da potência, da violência e da força armamentista, o mundo só tem os Estados Unidos. E contra os Estados Unidos, hoje, só há a opinião pública mundial. E a opinião pública, que não tem arma, não tem poder, não tem bomba e não tem capacidade de agressão alguma é a força que se contrapõe aos americanos. São milhões de brasileiros, alemães, italianos, católicos e cristãos, brancos e negros, homens, mulheres e crianças, enfim, são milhões no mundo inteiro pedindo paz, reclamando o direito de viver em liberdade e pedindo a chance de sobreviver. De outro lado – não digo a nação americana – há a figura do Sr. George W. Bush, estranha e impressionante.

Ontem, quando falou à nação americana, com a frieza de sempre, disse a frase que repeti aqui: “Se acharmos que ferem os nossos interesses, não precisamos do apoio e da licença de ninguém.” É esse o homem que quer iniciar uma guerra.

Deus queira, Sr. Presidente, que prevaleça a paz. Deus queira que o pedido do Papa para jejuarmos e rezarmos, cada um no seu espírito, na sua idéia, no seu pensamento, na sua fé, na sua forma de ser, mas com todos os pensamentos voltados para a paz, consiga gerar um imenso manancial de sentimento positivo e o Presidente George W. Bush recolha-se ao seu lugar, e a paz prevaleça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mundo vive uma crise

de existência, uma crise de definição de objetivos da própria vida humana. E é neste momento que as sociedades do mundo inteiro apontam soluções para a solidariedade, a paz, a justiça, para a vida de todos.

A espécie humana, intrinsecamente, é unida por um elo de solidariedade que se coloca nas entranhas da própria essência humana. E é neste ponto que também aqui, no Brasil, diante dessa crise que ameaça a humanidade e o destino dos homens, está implícita, na mudança apontada pela sociedade, uma insatisfação, uma insubordinação contra o destino, que não pode ser um dado inarredável, mas que depende fundamentalmente da convicção da sociedade brasileira, que quer buscar o novo, as mudanças, que quer alterar esse quadro de injustiças onde a exclusão social faz cada vez mais vítimas.

É preciso colocar um ponto final em tudo isso. É preciso parar com essa marcha fúnebre da miséria, da fome e da morte; é preciso dar um novo ritmo àquilo que aparentemente se coloca como inexorável. E foi com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a sociedade brasileira mostrou que quer alterações nesse quadro adverso, perverso, odioso e discriminador, que trata uns com todos os serviços e todos os benefícios da civilização, e coloca outros à margem, fora de tudo aquilo que a modernidade ofereceu para a melhoria da vida humana.

Podemos ver na sociedade um grupo que age fora da lei, aquilo que se chama convencionalmente de crime organizado, mas que é muito mais do que isso. É uma sociedade rebelde, que viola todos os princípios da lei, do respeito à cidadania e à pessoa humana. Eles estão fora da civilização, dos benefícios trazidos pelo avanço do desenvolvimento industrial, tecnológico e político da sociedade brasileira. Eles estão à margem. E como vamos exigir padrões civilizados desses seres humanos que não se beneficiam de tudo aquilo que a civilização oferece somente a uma minoria? Como exigir dessa grande parte da sociedade uma atitude que respeite o cidadão, que obedeça aos padrões de convivência harmônica e pacífica? Em primeiro lugar, temos que garantir a eles a condição de sobrevivência. E é por isso que, neste primeiro momento, o programa de combate à fome, o programa Fome Zero, como é chamado, vem dar ao menos o pão a uma parte considerável da sociedade brasileira que não tem o que comer.

É difícil para nós que estamos aqui no Senado fazermos um discurso sobre a fome. Talvez, como já disse de outra feita, pudéssemos fazer um belo discurso sobre o apetite. Mas sobre a fome, essa carência de fontes de energias vitais para tocar o moinho da vida, só aqueles que realmente passaram por uma

experiência concreta – a qual não tenho e sobre a qual talvez não tivesse autoridade para falar. Mas uma sensibilidade e, sobretudo, um amor inerente à minha formação humanística, esse amor ao próximo de caráter cristão, é que me dá a possibilidade de vir a esta tribuna e que me dá uma autoridade moral de poder clamar por aqueles que têm fome e sede.

Em um primeiro momento, temos que dar o pão a quem tem fome e água a quem tem sede. É o que o programa Fome Zero propõe. Esboça uma solução que não está pronta nem acabada. Trata-se de uma situação extrema de solidariedade humana para atender nossos irmãos brasileiros que estão numa situação de desespero, de miséria, de pobreza absoluta. É por isso que não há crítica a se fazer a esse primeiro ato até de misericórdia. Esse é um ato grave.

Se fizermos uma reflexão em Gênesis 25:29,34, poderemos examinar a situação de Esaú, que chega do campo, fatigado, e diz a seu irmão Jacó: “Dá-me dessa comida, porque sinto extremo cansaço”. Jacó faz-lhe uma proposta, cujo teor ético não quero examinar, e responde à queima-bucha: “Vende-me primeiro o teu direito de primogenitura”. Esaú responde: “Eu me sinto a morrer”. Para quem está à beira da morte, não há outra promessa, não há que se fazer mais jejum para se alcançar uma dádiva dos deuses, mas há uma atitude de absoluta debilidade física e até mental, em que o prato de comida é a salvação. É exatamente a reflexão de Esaú: “Eu me sinto a morrer. De que me servirá meu direito de primogenitura?”.

De que servirão outras promessas? Da casa própria, da saúde? De que servirá a promessa do porvir, quando, no presente, o que está em jogo é a própria vida? É essa a tomada de consciência que esse trecho da Sagrada Escritura nos oferece. Num primeiro momento, diante da fome extrema, endêmica, que vai consumindo a própria vida um pouco por dia, de que nos fala João Cabral de Melo Neto em **Morte e Vida Severina**, só há uma saída e uma solução: o prato de comida. É esse prato de comida que Esaú troca, numa hora extrema, por um direito muito maior. De que lhe serviria o direito de primogenitura se estivesse à beira da morte – como estava – e não tivesse um prato de comida?

É diante dessa reflexão que temos que pensar como Esaú, que, tendo tomado o pão e aquele prato de lentilhas, comeu e bebeu e, depois, seguiu o seu caminho, dando-se-lhe bem pouco de ter vendido o seu direito de primogenitura. Diante de situações extremas até a auto-estima, a honra e o amor próprio desaparecem. Diante da fome, a salvação é um prato de comida.

O programa Fome Zero se alinha dentro desta idéia de que, neste primeiro momento, se tem que acudir essa parcela considerável da população de 9,5

milhões de famílias ou 40 milhões de brasileiros – o número não importa. Talvez, todos esses não estejam passando por uma situação extrema de miséria, de pobreza e de fome, mas, com absoluta certeza, aí está incluída uma parte considerável de brasileiros desta terra de Canaã, em que, “em se plantando, tudo dá”, como dizia Pero Vaz de Caminha.

Este território é formado por uma imensidão de terras férteis. Até há pouco tempo, desconhecia-se a Amazônia. Nos idos de 1970, sobretudo com a abertura da BR-364, que chegou até o Acre, passando pelo meu Estado de Rondônia, e da Transamazônica, abriram-se as portas de três quartos do território nacional para a exploração agrícola. E, ao contrário do que previram as aves de mau agouro do exacerbado “ecologismo”, as terras são férteis, e, em se plantando, tudo dá. Assim, vivem centenas de milhares de famílias em Rondônia, no Mato Grosso, no Acre, no sul do Amazonas e no Pará.

Sr. Presidente, naquela região, o testamento divino nos reservou uma quantidade imensa de terras férteis: já são mais de 100 milhões de hectares catalogados por institutos de pesquisa, como o da USP e outros internacionais, de nações envolvidas, como Estados Unidos, França e Alemanha.

Isso está cientificamente comprovado. Temos uma fronteira agrícola, uma fronteira de expansão imensa a ser ocupada para saciar a fome dos brasileiros. O que é preciso, neste momento, é implementar, em sua amplitude, o programa Fome Zero.

No entanto, como esse programa já está projetado e devidamente equacionado, devemos partir para a geração de emprego e renda. E, em um primeiro momento, a reforma agrária abriga uma parte considerável de brasileiros que sabem ao menos plantar e que precisam colher para comer, saciar a própria fome e a de seus filhos. Dessa forma, poderemos ter um melhor desenvolvimento econômico e social.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouço V. Ex^a, com prazer, nobre Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a está abordando um tema muito importante. Conhecemos o Estado de Rondônia, onde foram assentados cerca de oitenta mil pequenos produtores. As estatísticas têm mostrado que o aproveitamento da reforma agrária se dá em torno de 80%, ou seja, 80% das famílias assentadas em suas pequenas glebas permanecem lá, e essa terra passa de pai para filho, de geração para geração. Sabemos que o combate à fome é uma louvável iniciativa do Presidente Lula que deve ser realizada, mas sabemos também que todos os gover-

nos novos mudam os programas dos antecessores. Quantos programas de combate à pobreza e à fome já foram implantados no Brasil e, quando sai um Presidente e entra outro, são mudados! Não são programas contínuos. A reforma agrária é a forma mais rápida de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, de combate à pobreza e à fome. Esse é o programa que o Governo deveria implantar com mais celeridade e destinar-lhe mais recursos, pois uma família assentada representa cinco ou seis pessoas que passam a se alimentar com a produção daquela terra. Em Santa Catarina, meu Estado natal, houve também assentamentos no passado, e as terras foram passando de geração para geração, pois a terra não se acaba nunca. Na Itália e em outros países da Europa, há terras produzindo há dois ou três mil anos. Esse é o verdadeiro programa contínuo e permanente de combate à fome e à pobreza.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Quero agradecer o aparte de V. Ex^a e destacar que temos um exemplo dignificante, um exemplo de sucesso de fixação do homem à terra, em que se dá, em primeiro lugar, a terra, um pedaço de chão para plantar e, em segundo lugar, as melhorias, as estradas. V. Ex^a, inclusive, nobre Senador Valdir Raupp, quando Governador, teve a oportunidade de implantar o Luz no Campo, um programa próprio do Estado de Rondônia juntamente com a Ceron, a companhia de energia elétrica, àquela época, estadual. É disto que o pequeno produtor necessita: de melhorias, como a escola, por exemplo. Mas, se houver estrada, ele terá acesso à escola, que não precisa ser necessariamente na ponta da gleba. Se houver possibilidade de transportar os alunos a alguns quilômetros, com a estrada isso se torna possível. E temos, em Rondônia, mais de quarenta e dois mil quilômetros de estradas vicinais, que, a cada ano, precisam ser renovadas, porque a chuva, a lixiviação é insatisfatória.

É uma alegria ver o produtor de Rondônia não mais produzir para a subsistência, mas produzir o excedente para ingressar no mercado e, assim, adquirir bens de consumo, bens duráveis. Isso realmente constitui o sucesso da nossa gente, que vive em paz, com honra e auto-estima porque produz o pão de cada dia e o respeito dentro da célula familiar. Quem trabalha, com certeza, ganha com dignidade o pão de cada dia. E isso faz do pequeno produtor um cidadão integrado à sociedade brasileira, à sociedade produtiva, pois vai saciar a fome de tantos outros brasileiros. Essa é a grandeza do Estado de Rondônia, que já lançou as bases do seu desenvolvimento econômico e social, seja como produtor de leite, de café ou com a pecuária, que já alcança um número considerável de nove milhões de cabeças nesses últimos vinte e cinco anos, quando foi iniciado o processo de colonização.

Sr. Presidente, abordo esse tema hoje, no vácuo do ocaso desta sessão, para dizer que temos que nos integrar, sim, no combate à fome, no programa Fome Zero. Sabemos que não é um programa perfeito nem acabado, mas ele nasce de uma discussão democrática no seio da sociedade. É preciso integrar todas as ações de governo no sentido de, em primeiro lugar, combater a fome, porque, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu afirmo aqui que onde não há mais pão, não há mais lei; onde não há mais pão, também não há mais liberdade; onde não há mais pão, não há democracia nem haverá República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que no dia 9 de março de 2003, estarei reassumindo a cadeira de titular como representante do Estado do Paraná no Senado Federal.

Sala das Sessões, 7 de março de 2003. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GLPSB OF. Nº 052/2003

Brasília, 26 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Em conformidade com a solicitação do ínclito Senador, indico como representante do Partido Socialista Brasileiro-PSB, para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, o Excelentíssimo Senador Geraldo Mesquita.

À oportunidade, reitero meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa o Senador Geraldo Mesquita Júnior para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para a segunda premiação, de acordo com o ofício que acaba de ser lido.

O ofício será juntado ao processado da Resolução nº 2, de 2001, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.)

(O.S 10835/03)

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 108**, ADOTADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2003 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "CRIA O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO - "CARTÃO ALIMENTAÇÃO".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado JUTAHY JÚNIOR	001, 002, 003, 004, 005

TOTAL DE EMENDA: 05

MP

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/03/2003	proposição Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003			
autor Deputado Dutra Junior	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input checked="" type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01 de 01	Artigo 2.º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 2.º da Medida Provisória n.º 108, de 27 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:

“Art. 2.º O “Cartão-Alimentação” constitui instrumento que garantirá, a famílias em situação de segurança alimentar, recursos financeiros ou o acesso a alimentos, podendo ser implementado em cooperação com Estados, Distrito Federal e municípios, observado o disposto em regulamento”.

JUSTIFICAÇÃO

A redação da MP deixa dúvida sobre a abrangência do recebimento do benefício, se por pessoa ou por família. Segundo o Cartão do Cidadão, existente desde julho de 2001, uma família, uma família que esteja cadastrada nos programas da rede de proteção social (Bolsa-escola, Auxílio-gás, Bolsa-alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) passa a ter um só cartão para fazer os saques a que tem direito nas agências e postos da CEF e lotéricas autorizadas, e as famílias atendidas tem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

A redação da MP é duvidosa: o critério é de renda por pessoa ou por família? Segundo informação disponíveis, nos projetos piloto de Guairá e Acauã, o critério para recebimento é de até R\$ 50,00 por família.

PARLAMENTAR

MP

000002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/03/2003	proposição Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003			
autor Deputado Jutahy Júnior	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01 de 01	Artigo 3.º	Parágrafo	Inciso V	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O inciso V do art. 3.º da Medida Provisória n.º 108, de 27 de fevereiro de 2003, passa a ter a seguinte redação:

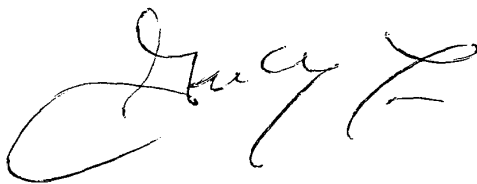
“Art. 3.º

.....

V – as formas de controle social do “Cartão Alimentação”, ouvido o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.”

JUSTIFICAÇÃO

O controle social do programa deve ser definido em conjunto com o Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado pela Lei Complementar n.º 111, de 2001, já que os recursos financiadores serão provenientes predominantemente do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, devendo subordinar-se aos seus critérios.



PARLAMENTAR

MP

000003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/03/2003	proposição Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003
--------------------	--

Deputado ^{autor} Jutahy Júnior	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 01 de 01	Artigo 3.º	Parágrafo	Inciso	alínea
-----------------	------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 1.º do art. 3.º da Medida Provisória n.º 108, de 27 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:

“Art. 3.º

§ 1.º O Cartão-Alimentação será concedido para pessoas com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo.”

JUSTIFICAÇÃO

A redação deve ser afirmativa, pois o programa é de acesso e não de exclusão.

PARLAMENTAR

MP

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/03/2003	proposição Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003
--------------------	--

autor Deputado Juntahy Júnior	nº do prontuário
----------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 01 de 01	Artigo 3.º	Parágrafo	Inciso	alínea
-----------------	------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 3.º da Medida Provisória n.º 108, de 27 de fevereiro de 2003 os seguintes §§ 4.º e 5.º:

“Art. 3.º

.....

§ 4.º A concessão do benefício a que se refere o inciso I deste artigo, obedecerá, no mínimo, a seguinte destinação:

I – as famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa;

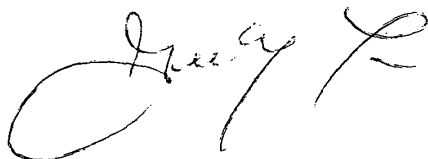
II – os filhos das famílias atendidas com idade de sete a quatorze anos, que estejam freqüentando escola.

§ 5.º Os pais ou responsáveis pelas famílias atendidas serão incluídos em programas de capacitação profissional e geração de emprego e renda.”

JUSTIFICAÇÃO

É importante que as regras gerais de concessão de benefício estejam estabelecidas em lei, pelo menos nos seus aspectos fundamentais.

Considerando o caráter temporário do programa torna-se importante que se garanta o acesso das famílias atendidas a algum programa de capacitação profissional com o objetivo de permitir que ultrapassem a linha de pobreza.



PARLAMENTAR

Serviço de Apoio às Comissões Mistas

MP

000005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 06/03/2003	proposição Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003
--------------------	--

autor Deputado Iury Junior	nº do prontuário
-------------------------------	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página 01 de 01	Artigo 6.º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o art. 6º da Medida Provisória n.º 108, de 27 de fevereiro de 2003.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 6º dispõe que "A União poderá receber doações destinadas ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (...) com encargo de utilizá-las unicamente nas ações voltadas à segurança alimentar, nutricional e ao combate à fome."

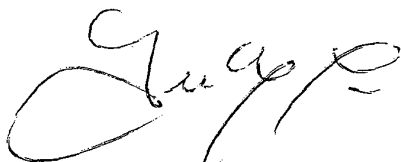
A Constituição Federal que instituiu o Fundo da Pobreza prevê a sua regulamentação através de Lei Complementar (CF, art. 79 da ADCT)

Segundo a Lei Complementar nº 111/2001, o Fundo foi criado com o objetivo de "viabilizar a todos os brasileiros o acesso a níveis dignos de subsistência e seus recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida."

A mesma Lei estabelece quais são as receitas que constituirão o Fundo, entre as quais "as doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior" (art. 2º, IV).

Ao dispor na Medida Provisória que doações destinadas ao Fundo poderão ser recebidas pela União para serem utilizadas **unicamente** nas ações voltadas à segurança alimentar, a MP, que se transformará em lei ordinária, **está vinculando uma receita do Fundo, sendo que tal modificação somente poderia ocorrer através de Lei Complementar, conforme determina a Constituição. O dispositivo é, portanto, inconstitucional.**

O Art. 6º pode ser apresentado como proposta de alteração da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.



PARLAMENTAR

(*) ATAS DE COMISSÃO

15ª a 20ª e 1ª a 14ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por

pessoas envolvidas com as quadrilhas de roubo de cargas, realizadas em 17, 24 e 31 de outubro, 12, 13 e 14 de novembro de 2001 e 27 de fevereiro, 13 e 14 de março, 9 e 10 de maio, 6 e 7 de junho, 9 e 10 de setembro, 20, 21 e 22 de novembro e 11 de dezembro de 2002.

() Publicadas em suplemento à presente edição.*

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFI	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloisa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFI	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Péres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Olivir Gabardo
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Shessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em março de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão (constituída na Reunião de 14/10/2002 e extinta na 1ª Reunião de 2003, em 17.2.2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹
Vice-Presidente: (vago) ²

Vice-Presidente: (vago)					
PMDB					
Titulares		UF	Suplentes		UF
Juvêncio da Fonseca		MS	1.	Renan Calheiros	AL
(vago) ³			2.	(vago) ¹²	
(vago) ⁴			3.	(vago) ¹³	
João Alberto Souza		MA	4.	(vago) ¹⁴	
(vago) ⁵			5.	Gerson Camata ¹⁵	ES
PFL					
(vago) ⁶			1.	(vago) ¹⁶	
(vago) ⁷			2.	(vago) ¹⁷	
(vago) ⁸			3.	Mozarildo Cavalcanti (PPS)	RR
(vago) ⁹			4.	Jonas Pinheiro (PFL)	MT
Bloco (PSDB/PPB)					
Antero Paes de Barros (PSDB)		MT	1.	(vago) ¹⁸	
(vago) ¹⁰			2.	Romero Jucá (PSDB)	RR
(vago) ¹¹			3.	(vago) ¹⁹	
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS)					
Heloísa Helena (PT)		AL	1.	Marina Silva (PT) ²⁰	AC
Jefferson Páres (PDT)		AM	2.	(vago) ²¹	
PSB					
Roberto Saturnino (PT)		RJ	1.	(vago) ²²	
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					

Notas:

¹ Eleito Presidente em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Função ocupada pelo Senador Geraldo Althoff; não retornou.

³ Vaga ocupada pelo Senador Carlos Bezerra; não reeleito.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Casildo Maldaner; não reeleito.

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Nabor Júnior; não reeleito.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Geraldo Althoff; não retornou.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador Moreira Mendes; não reeleito.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Bello Parga; não retornou.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador Waldeck Ornelas; não retornou.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Ricardo Santos; não reeleito.

¹¹ Vaga ocupada pelo Senador Benício Sampaio; não reeleito.

¹² Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

¹³ Vaga ocupada pela Senadora Mariuce Pinto; não reeleita.

¹⁴ Vaga ocupada pelo Senador Gilvam Borges; não reeleito.

¹⁵ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 3.10.2002 a 31.1.2003, conforme requerimento lido na Sessão de 9.10.2002 e aprovado na Sessão de 29.10.2002.

¹⁶ Vaga ocupada pelo Senador Carlos Patrocínio; não retornou.

¹⁷ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua indicação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001.

¹⁸ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto; não reeleito.

¹⁹ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes.

²⁰ Em 1.1.2003, afastou-se do exercício do mandato para assumir o cargo de Ministra de Estado do Meio Ambiente (DSF de 3.1.2003, p. 00013).

²¹ Vaga ocupada pelo Senador Paulo Hartung, que renunciou ao mandato de Senador da República em 1.1.2003, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo. (DOF de 00.01.2000, página 00009).

²² Vaga ocupada pelo Senador Ademir Andrade; não reeleito.

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários: CAE- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 27.1.2003

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizado em 26/02 2003

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Iris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Olivir Gabardo
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias (1)	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ Licenciado

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carcpa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Iris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Olivir Gabardo	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 06/03/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
Valmir Amaral	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Iris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Renan Calheiros	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. (vago)
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias (1)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes
Licenciado	

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

Atualizado em 26/02/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
Vago	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Marco Maciel	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Observação: Há uma indicação de membro titular excedente na composição do Bloco de Apoio ao Governo.

Atualizado em 26/02/2003.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. José Jorge
Rodolpho Tourinho	4. Roscena Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Teotônio Vilela Filho
Olivir Gabardo	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
(vago)	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Tião Viana (Cessão)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Muzaildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003.

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Olivir Gabardo
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizado em 26/02/2003

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação: 03.12.2001

2ª Designação: 26.02.2003

Presidente:

Vice-Presidente:

PMDB
Senadora Íris de Araújo
PFL
Senadora Roseana Sarney
PT
Senadora Serys Slhessarenko
PSDB
Senadora Lúcia Vânia
PDT
<i>(aguardando indicação)</i>
PTB
Senador Papaléo Paes
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior
PL
Senador Magno Malta
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 07.3.2003

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 68 PÁGINAS